

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Ana Carolina Mousquer Sá

**TRABALHO, SUBJETIVIDADE E SAÚDE:
costuras para uma clínica política**

Orientadora: Prof^a Dr^a Fernanda Spanier Amador

Porto Alegre, dezembro de 2018

Ana Carolina Mousquer Sá

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE PSICOLOGIA

**TRABALHO, SUBJETIVIDADE E SAÚDE:
costuras para uma clínica política**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia - Habilitação Psicóloga- do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, referente às disciplinas de TCC-I e TCC-II, como requisito parcial à obtenção do grau, sob orientação da Prof.^a Dra. Fernanda Spanier Amador.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fernanda Spanier Amador

Porto Alegre, dezembro de 2018

**TRABALHO, SUBJETIVIDADE E SAÚDE:
costuras para uma clínica política**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia - Habilitação Psicóloga- do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, referente às disciplinas de TCC-I e TCC-II, como requisito parcial à obtenção do grau, sob orientação da Prof.^a Dra. Fernanda Spanier Amador.

Orientadora: Prof^a Dr^a Fernanda Spanier Amador

Porto Alegre, ____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Fernanda Spanier Amador

Daniel Rodrigues Fernandes

Porto Alegre, dezembro de 2018

Agradecimentos

À minha família, por incentivar e apoiar meus sonhos. À Paçoca, pelo companheirismo e carinho.

Ao NEST, por me mostrar a importância do trabalho na construção de uma sociedade mais parecida com as minhas esperanças.

Ao SINDISPREV/RS, servidores, diretores e funcionários, pela experiência inesquecível. À SST, Fabiane, Francyele, Luciana, Dulcinéia, Patrícia e Carmen pelos bolos, pelos abraços, pelas risadas, pelos aprendizados, pela resistência.

À professora Fernanda e ao Daniel, pela generosidade e paciência ao me acompanharem neste escrito.

Aos meus amigos, pela força e pelo afeto.

À Marina, Mayara e Camila, por depois de conhecerem o lado mais difícil ainda assim permanecerem.

Ao Lourenço, por ser mais fundamental do que fui capaz de dizer.

À tia Nelsa, pela mensagem no fim das eleições e por gentilmente alinhar este escrito com a virtude da língua portuguesa.

Ao Seu Ari, por me ensinar tanto sobre o diploma e sobre quem eu chamo de eu.

Ao Sistema de Ensino Superior do Brasil, pela oportunidade de estudar em universidades de excelência de forma gratuita, reforçando a educação como um direito, em vez de um produto mercantilizado.

Aos professores que caminharam comigo desde o jardim de infância até aqui. Eternamente devota.

Aos meus autores preferidos, pelas utopias que já vivemos juntos.

Ao Lucas, por quase tudo, pelo que sobrou, e por ser o primeiro a me fazer entender.

Resumo

O escrito, epistemologicamente situado na Psicologia Social do Trabalho e eticamente comprometido com a Saúde do Trabalhador, apresenta uma discussão sobre o fortalecimento da dimensão política na clínica psi através da atividade crítica proposta por Michel Foucault, considerando o conceito de saúde em Georges Canguilhem, bem como a compreensão das Clínicas do Trabalho acerca da tríade trabalho – subjetividade – saúde. Nesse sentido, inicialmente elabora-se uma breve análise sobre a relação entre a Psicologia e o trabalho, sobre as transformações nos processos de produção ao longo dos últimos séculos e sobre o que é o trabalho e o trabalho alienado. Em seguida, é feita uma investigação sobre trabalho, subjetividade e processos de subjetivação no contemporâneo, para, conclusivamente defender a crítica como ferramenta prática nas Clínicas do Trabalho, já que se entende a crítica como um catalisador para uma atividade laboral mais saudável, mais normativa, com mais potência de produção de subjetividades desassujeitadas e de sujeitos agenciadores de si mesmos.

Palavras-chave: Psicologia Social do Trabalho, Saúde do Trabalhador, Clínicas do Trabalho, trabalho, saúde, subjetividade, processos de subjetivação, crítica.

Abstract

The paper, epistemologically situated in Psychology of Work and ethically committed to Worker's Health, presents a discussion about the strengthening of the political dimension in the psi clinic through the critical activity proposed by Michel Foucault, considering the concept of health in Georges Canguilhem as well as the understanding of the Work Clinics about the triad work - subjectivity - health. In this sense, a brief analysis is initially made of the relationship between psychology and work, about the transformations in processes of production over the last few centuries, and about what work and alienated work are. Then, an investigation is made on work, subjectivity and subjectivation processes in the contemporary, in order to conclusively defend criticism as a practical tool in the Work Clinics, since criticism is understood as a catalyst for a healthier, more normative work activity, with more power of production of unsubstantiated subjectivities and self-acting subjects.

Keywords: Psychology of Work, Workers Health, Work Clinics, critical activity, subjectivation processes, work, health.

Sumário

Introdução	8
AGULHA: Psicologia, Trabalho e Clínicas do Trabalho	11
Psicologia e Trabalho	
Psicologia Social e Trabalho	
Clínicas do Trabalho	
Trabalho e Alienação	
LINHA: Trabalho e Subjetividade	29
Trabalho antes e depois da Modernidade	
Subjetividade e Processos de Subjetivação	
Trabalho e Subjetividade no Contemporâneo	
BORDADO: Saúde, Normas, Crítica e Clínica	41
Normas, Saúde e Doença	
Normatividade Vital	
Saúde, Crítica e Clínicas do Trabalho	
Conclusão	53
PONTA SOLTA	58
Referências Bibliográficas	59

Introdução

Este trabalho emergiu a partir das linhas cartografadas ao longo da experiência de estágio na Secretaria de Saúde do Trabalhador (SST) no Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Trabalho e Previdência do Rio Grande do Sul (SINDISPREV/RS). Foram cinco semestres como estagiária de Psicologia, fazendo parte de uma equipe multidisciplinar composta por uma psicóloga, uma assistente social e uma estagiária de Serviço Social.

A SST, uma das onze secretarias que compõem o sindicato, foi reativada em 2014 depois de dez anos sem atividades, porque tanto o SINDISPREV/RS quanto seus servidores percebem o desmonte dos serviços públicos no Brasil, através do sucateamento das instituições, da degradação das condições de trabalho e do descomprometimento com os trabalhadores públicos, como uma agenda política socioeconômica de governos focada em interesses capitalísticos, em vez de privilegiar a solidificação do estado social democrático de direitos.

Nesse sentido, quando a SST é reativada, seu principal objetivo é a promoção da atenção à saúde dos trabalhadores públicos, através da contínua melhoria das condições e das relações de trabalho, sendo a capacitação do trabalhador para a vigilância e para o cuidado da sua saúde e dos seus colegas de trabalho uma das principais estratégias de atuação.

Entre as atividades desempenhadas no estágio, as principais consistiam em: acolhimento de servidores que buscavam no sindicato amparo diante de adoecimentos acometidos pelo/no trabalho; acompanhamento de casos individuais ou coletivos que reivindicavam atenção técnica para questões relacionadas à organização do trabalho nas instituições; análise institucional de locais de trabalho, alguns, por vezes, envolvidos em processos judicializados de insalubridade ou assédio moral; elaboração de documentos técnicos; e planejamento e participação de/em eventos sobre a Saúde do Trabalhador.

Nesse contexto, a curiosidade pela relação entre a Psicologia e o trabalho aflorou e os questionamentos ficaram mais complexos, germinando no solo fértil da Psicologia Social do Trabalho conjugada com a Saúde do Trabalhador, percorrendo constantemente as articulações entre o trabalho, a subjetividade e a saúde. Logo, as Clínicas do Trabalho se tornaram o caminho teórico metodológico preferencial.

Assim, o projeto que antecedeu a elaboração deste trabalho apresentou as seguintes proposições: a) construção de conexões entre a literatura atual sobre as relações de trabalho e os processos de subjetivação na sociedade contemporânea, especialmente sob o ponto de vista da Psicologia Social do Trabalho; b) discussão de estratégias de enfrentamento dos enlaces trabalho – subjetividade – saúde, com auxílio de abordagens oriundas das Clínicas do Trabalho; c) argumentação direcionada para uma Psicologia Social do Trabalho comprometida ética e politicamente com a análise dos processos de trabalho, com a proposição de estratégias de resistência.

Em quase total concomitância com as propostas planejadas, este escrito, dividido em três capítulos, apresenta inicialmente uma breve análise sobre a Psicologia e o trabalho, enfatizando as transformações no trabalho e nos processos de produção ao longo dos últimos séculos, e elabora uma síntese sobre o que é o trabalho e o trabalho alienado, considerando epistemologicamente as teorias de Hegel, Marx, Freud e as Clínicas do Trabalho.

O segundo capítulo busca uma compreensão acerca de trabalho, subjetividade e processos de subjetivação no contemporâneo, com o intuito de edificar a discussão elaborada no terceiro capítulo sobre trabalho, subjetividade, saúde e a dimensão política na clínica psi, considerando o conceito de saúde por Georges Canguilhem, a atividade crítica nos escritos de Michel Foucault e as Clínicas do Trabalho, bem como seu comprometimento ético e metodológico com a Saúde do Trabalhador.

Este escrito considera o trabalho uma atividade social medular na constituição psíquica dos sujeitos situados em sociedades centradas no trabalho, capaz de inscrever o sujeito no tecido social, de possibilitar

experiências no coletivo e de transformar realidades. Nesse sentido, apresenta-se a argumentação em que trabalhadores protagonistas, problematizadores das lógicas vigentes de formas vida, são sujeitos menos assujeitados, mais saudáveis, criativos e democráticos em suas normas de vida.

Nesse sentido, o escrito percorreu caminhos entre a Psicologia, o trabalho, a subjetividade e a saúde com o intuito de propor uma análise sobre a dimensão política da clínica psi considerando as Clínicas do Trabalho, já que a aposta que se faz é no trabalhador protagonista, crítico acerca de seu trabalho, potencializando assim suas capacidades singulares de criação de normas não somente na atividade laboral, mas também em toda a extensão da vida em coletividade.

AGULHA: Psicologia, Trabalho e Clínicas do Trabalho

Garantia de vida não tem para o povo
Na corda bamba se equilibram de novo
São malabaristas no fio da fé

Lucas Kastrup (2016).

O interesse da Psicologia pelo trabalho é antigo e tal vinculação percorre intrinsecamente as transformações do mundo, especialmente aquelas relacionadas às mudanças nas atividades laborais e à organização dos processos de trabalho. O trabalho acompanha a história da humanidade desde os primórdios, mas o capitalismo e o crescimento industrial inauguraram relações laborais em que a produtividade é estrutural. A inserção da Psicologia no mundo do trabalho se dá justamente na expansão da industrialização, servindo especialmente aos interesses do capital (BERNARDO et al., 2015, p.18)

Parece um consenso teórico entre os estudiosos do assunto de que a Psicologia do Trabalho é um vasto e interdisciplinar campo de estudos, em que a multiplicidade de perspectivas impede um consenso unitário. Ao considerar as permanentes configurações do mundo do trabalho, bem como o incessante processo de desenvolvimento de conhecimento, a Psicologia dedicada à compreensão do trabalho é composta por um número considerável de parcelas diversificadas em afiliações epistemológicas, posicionamentos e abordagens (BENDASSOLLI & SOBOLL, 2011a, p.4).

A Psicologia do Trabalho geralmente é esquematizada em três frações: a cognitivo-comportamental, a clínica e a social. De forma resumida, a cognitivo-comportamental, também conhecida como Psicologia do Trabalho e Organizacional, se interessa por compreender o comportamento humano a partir de modelos mentais de processamento de informações. Está fortemente alinhada ao campo gerencial de recursos humanos e associada às atividades de manutenção de força e de produtividade, e, nesse sentido, constitui-se com destaque na atual e capitalística divisão social do trabalho (BENDASSOLLI & SOBOLL, 2011a, p.4; SATO, 2003, p. 42).

Para Bendassolli e Soboll (2011b, p.60 e p.69), a Psicologia do Trabalho e Organizacional, epistemologicamente orientada pelo positivismo e metodologicamente amparada pela experimentação, está fortemente vinculada as ideias de desempenho e eficiência no trabalho e tem como grande referência estrangeira os Estados Unidos, tanto na teorização quanto nas tecnologias gerenciais. Denominada inicialmente de Psicologia Industrial, hoje tem fundamento nas teorias cognitivo-comportamental, com interesse primário no comportamento humano (BENDASOLLI & SOBOLL, 2011a, p.5).

O que Bendassolli e Soboll (2011a, p.4) categorizam em duas ramificações diferentes, sendo elas a clínica e a social, Sato (2003, p. 43) considera ser uma única vertente da Psicologia do Trabalho, ratificando singularidades teórico-metodológicas, que se inquieta com questões sociais e humanas do trabalho, em vez de se preocupar com delimitações de espaços de aplicação. Nesse sentido, a Psicologia que se dedica à compreensão do mundo do trabalho a partir da perspectiva dos trabalhadores, considerando os fenômenos de identidade, de interação social, de processos de subjetividade, se inscreve na Psicologia Social e está vinculada à Saúde do Trabalhador.

A Psicologia Social do Trabalho, então, propõe a sua investigação no campo da complexidade dos processos sociais, considerando o cotidiano como elemento de intersubjetividade, produtor e reproduzidor de processos sociais (SPINK, 1996, p. 3). Ela se orienta para a compreensão crítica das relações sociais de trabalho, salientando a vivência dos sujeitos trabalhadores (BERNARDO et al., 2015, p.18), além de oferecer o suporte teórico para construção e articulação multidisciplinar de práticas profissionais que estejam em diálogo com os trabalhadores, com os órgãos de representação política e com as estratégias de resistência (SATO, 2003, p. 46).

A Psicologia Social do Trabalho se direciona para os aspectos subjetivos da atividade laboral a partir da perspectiva dos sujeitos trabalhadores, considerando o trabalho como espaço de socialização, de construção de identidades, de experiências e de significados. Contrariando neutralizações hegemônicas e desviando dos interesses gerenciais, a Psicologia Social do Trabalho reconhece os inúmeros aspectos sociais e subjetivos que compõem o

mundo do trabalho e evidencia as assimetrias de poder na sociedade ocidental capitalista (BERNARDO et al., 2015, p.25).

As Clínicas do Trabalho, grupo teórico metodológico fortemente influenciado pela tradição francesa de análise do trabalho, abrigado pela Psicologia Social do Trabalho, e, especialmente no Brasil, em diálogo com a Saúde do Trabalhador, constituem um conjunto de teorias e metodologias focadas na relação entre o trabalho e a subjetividade (BENDASSOLLI & SOBOLL, 2011a, p.3), considerando as complexidades da relação trabalho - subjetividade - saúde, com uma percepção amplificada e multifacetada, típica da Psicologia do Trabalho (CASADORE, 2016, p. 178).

Tais Clínicas se diferenciam das correntes teóricas cognitivo-comportamentais quando, diante da demanda e na construção da intervenção, visam os interesses dos trabalhadores prioritariamente em vez dos interesses organizacionais capitalistas. Antes de favorecer a instrumentalização da gestão organizacional, as Clínicas do Trabalho evidenciam os mecanismos de subjetivação e produzem conhecimentos sobre as relações de trabalho, enfatizando prioritariamente processos de transformação da realidade, em vez do desempenho produtivo dos trabalhadores (BENDASSOLLI & SOBOLL, 2011a, p.5).

Nesse sentido, em que propósitos críticos e fortalecedores de coletivos estão notoriamente assumidos pelas Clínicas do Trabalho, a pesquisa-ação se torna imprescindível para a prática do psicólogo orientado pelas Clínicas do Trabalho, porque ela possibilita o coagenciamento na transformação dos processos organizacionais. A pesquisa-ação, a partir de uma coprodução e conhecimento-ação entre o clínico do trabalho e os trabalhadores, além de incentivar o desenvolvimento do conhecimento, permite ao psicólogo do trabalho o cumprimento das expectativas de ação dos sujeitos no trabalho (BENDASSOLLI & SOBOLL, 2011a, p.5).

A pesquisa-ação, metodologia proposta por Kurt Lewin a partir da década de 30, defende que o campo de pesquisa acolhe tanto o objeto de pesquisa quanto o pesquisador. Desvinculada da corrente positivista que defende uma postura asséptica, neutra e independente do campo de estudos,

a pesquisa-ação vê o pesquisador incluído em sua investigação. Para Lewin, existe uma estrutura dicotomizante entre a teoria-prática e o sujeito-objeto, definindo-os como unidades diferentes, apesar de reconhecer zonas de interferência entre ambos (PASSOS & BARROS, 2000, p. 72).

A pesquisa intervenção, outro método de investigação presente nas Clínicas do Trabalho, particularmente no Brasil, se diferencia da pesquisa-ação quando reconhece a constituição concomitante entre o pesquisador e o objeto de pesquisa. Na pesquisa-ação, enquanto existem dois pólos no campo de pesquisa, sustentando a gênese teórica precedente aos princípios metodológicos, na pesquisa-intervenção, ou somente intervenção, a teoria e a metodologia são indissociáveis (PASSOS & BARROS, 2000, p. 73).

Talvez seja curioso para alguns o aspecto clínico em um contexto comprometido com a compreensão crítica das relações sociais de trabalho e com a experiência dos trabalhadores. Ao longo deste escrito, especificamente no terceiro capítulo, o conceito de saúde será tensionado de forma mais consistente, mas parece significativo pontuar a concepção de saúde aqui assumida enquanto se pensa o clínico das Clínicas do Trabalho. Assim como Canguilhem defende em *O Normal e o Patológico* (2009, p.10 e p. 17), entende-se a saúde e a doença como fenômenos dinâmicos, estados da mesma propriedade, que se diferem por níveis de intensidade diferentes a partir de presenças ou ausências de princípios predefinidos.

Safatle (2011) acredita que o cuidado, bem como a saúde e a patologia, se constituem a partir de padronizações sociais predefinidas e submissas a variáveis conforme cada temporalidade. Dessa forma, é possível compreender, por exemplo, a prática terapêutica de divã focada em questões singulares e em fantasmáticas individuais como uma construção regida por circunstâncias sociais. O clínico nas Clínicas do Trabalho não preconiza o cuidado historicamente defendido pela medicina tradicional, tampouco a clínica que dilui o sujeito em estruturas que o antecedem ou a clínica que assiste exclusivamente o sujeito intrapsíquico, mas se refere à prática que, por meio da crítica, possibilita a problematização das lógicas criadoras de normas para viver (BARROS & AMADOR, 2017, p.57).

Canguilhem (2009, p.10) argumenta que a prática clínica é muito mais uma técnica - ou uma arte - situada na confluência de várias ciências, do que uma ciência propriamente dita, se desenvolvendo especialmente a favor das técnicas e das normas vigentes. De forma complementar, Michel Foucault demonstra documentadamente que a experiência clínica conhecida atualmente depende de uma organização social sensível a hegemonia e a obediência, mobilizando a linguagem, os saberes, as instituições, as experiências subjetivas e os processos de subjetivação (FOUCAULT, 1977, p. 226).

Nesse sentido, onde a prática clínica considera a articulação dos fenômenos psíquicos com o mundo social a partir da realidade vivenciada pelos sujeitos, e incorpora em seus questionamentos o sofrimento advindo do trabalho, bem como a constituição do trabalho a partir de ações coletivas e individuais (BENDASSOLLI & SOBOLL, 2011b, p. 60), compreende-se que a função política faz parte da clínica, e, em concordância com Barros e Amador (2017, p. 57), consideram-se as Clínicas do Trabalho como a possibilidade de fundir a saúde e os atos de resistência em um movimento de criação.

As Clínicas do Trabalho, portanto, defendem uma clínica que auxilia em movimentos de criação de práticas novas no trabalho, que produz intervenções e cria novos territórios, que excede o trabalhador autômato reprodutor de prescrições e técnicas predeterminadas, que acredita em trabalhadores criadores de potencialidades e possibilidades (BARROS, LOUZADA & VASCONCELLOS, 2008, p. 15). Desta maneira, as Clínicas do Trabalho valorizam o real do trabalho, interessadas em transformações efetivas, em fortalecimentos dos coletivos e em profissionais questionadores (BENDASSOLLI & SOBOLL, 2011b, p. 68).

Sabendo que o presente escrito está paradigmaticamente comprometido com as Clínicas do Trabalho, não é uma surpresa a afirmação de que as próximas linhas se aproximam das teorizações que vêem o trabalho como um elemento mais complexo do que uma simples relação contratual e de emprego. Nesta perspectiva, o trabalho não é somente uma restrição econômica institucionalizada, é também uma tentativa de enlaçamento do sujeito na

narrativa coletiva, é atividade de transformação do real e de construção de significados pessoais e sociais (BENDASSOLLI & SOBOLL, 2011b, p. 63).

Fato é que o trabalho é objeto central no debate da comunidade científica (LHUILIER, 2017, p. 486), e, conforme Yves Clot (2007, p.11), quando ele está em análise o que se busca, de todo modo, é compreendê-lo para transformá-lo. Parece fundamental, para prosseguir, uma tentativa de desenhar conceitualmente o que é o trabalho. Mais pela relevância do repertório histórico e conceitual do termo e menos pela necessidade de bordas definidoras. E se a definição de trabalho às vezes parece intuitiva, é necessário saber que em um vasto campo de saberes como o referido, cada articulação semântica vincula-se a uma possibilidade teórica.

Dessa forma, propõe-se uma sucinta revisão sobre o trabalho considerando transformações conceituais acompanhadas de contextualizações históricas, presumindo que com esse ritmo temporal de investigação as potencialidades didáticas sejam intensificadas. Nesse sentido, inicialmente investiga-se o entendimento do trabalho em Hegel e Marx, nomes importantes na filosofia moderna. Em seguida, objetiva-se edificar o trabalho na teoria freudiana, considerando especialmente a relevância do autor na Psicologia. Finalmente, já no contemporâneo, utiliza-se autores das Clínicas do Trabalho para o entendimento do trabalho na atualidade.

As leituras sobre as teorias de Friedrich Hegel (1770 - 1831) e de Karl Marx (1818 – 1883), especialmente as relacionadas com o mundo do trabalho, permitem construções associativas em que o sujeito se forja também na experiência social. Lazzarato expõe tal argumentação quando defende os respectivos autores como proeminentes nas filosofias do sujeito da Modernidade (LAZZARATO, 2006, p. 16). De fato, relacionar Hegel e Marx à Modernidade é rapidamente contundente se referências históricas forem assinaladas. A Europa de Hegel e Marx é exatamente a que protagonizou a Revolução Industrial, já que o período revolucionário começa em 1760 e geralmente seu fim é demarcado em 1840.

A Revolução Industrial é um fenômeno importante na Psicologia do Trabalho, porque proporciona interessantes problematizações sobre as

relações de trabalho. Não necessariamente nesta ordem cronológica e de relevância, primeiramente porque é na sociedade industrial que o trabalho, ao adquirir valor ontológico, carrega consigo a potência de organizar as relações sociais e arquitetar o reconhecimento social. Em segundo lugar, porque a Revolução Industrial anunciou pragmaticamente a Modernidade. E a Modernidade, enquanto recorte histórico no tempo da humanidade, possibilitou mudanças extensas nas formas de viver e performances sociais inéditas.

Entre emancipação em relação à tutela religiosa, ideais iluministas, ruptura política com a autocracia e revoluções socioculturais, a Modernidade anuncia a consciência e a razão como possibilidades de interpretação e intervenção ativa na condução da vida. Ao instituir a razão e a consciência como crenças universais produziram-se concepções como indivíduo, liberdade, identidade e autonomia, assim como o direito de imprimir exterioridades na criação de si e a afirmação de escolhas no autogoverno. Frutificaram-se movimentos de recusa àquilo que era concebido como natural (SANZON, 2009, p. 17).

A Modernidade constitui-se em dois princípios: “o primeiro princípio é a crença na razão e na ação racional, e o segundo é o reconhecimento dos direitos dos indivíduos, ou seja, afirmação de um universalismo que concede a todos os indivíduos os mesmos direitos sejam quais forem seus atributos econômicos, sociais ou políticos” (TOURAINÉ, 2005, p. 86 apud SANZON, 2009, p. 17). Nesse sentido, a Modernidade consagra uma espécie de resistência às esferas antigas de dominação religiosa e política ao articular o sujeito como indivíduo soberano de sua vontade e responsável pela condução da sua própria vida.

A contextualização da Europa moderna e industrial, que troca o plano transcendental para o plano imanente (SANZON, 2009, p.17), é importante para absorver a teorização de Hegel e Marx, especialmente no que concerne ao trabalho. Tanto Friedrich Hegel quanto Karl Marx são influenciados pelas construções filosóficas que os antecederam, as quais explicam a realidade a partir de uma concepção dualista entre sujeito e objeto. Ambos, obviamente, priorizaram a reconciliação dual a partir de princípios racionais, rescindindo

raciocínios vinculados à tradição filosófica da sensibilidade (SCHAFER, 2012, p. 12).

Com essa escolha paradigmática, os autores aproximam-se de uma corrente monista de pensamento, transformando a dualidade pré moderna em um processo dialético para encontrar a verdade (SCHAFER, 2012, p. 21). Ambos os autores, Hegel e Marx, utilizaram o trabalho de forma medular para atualizar a filosofia e influenciar teoricamente seus sucessores. Portanto, em concordância com Lazzarato (2014, p. 16), entende-se que Hegel e Marx fazem parte do grupo de teorizadores que ganham destaque nas teorias do trabalho desde a era industrial até o tempo contemporâneo.

Não é o intuito aqui apresentar a complexa teoria hegeliana, objetiva-se modestamente compreender como Hegel edifica o trabalho no seu pensamento. Schafer (2012, p. 15 – 20) demonstra que a ultrapassagem de dualismos ocupou um lugar central nas discussões filosóficas do autor desde o princípio, de forma tal que Hegel defende a constituição concomitante do sujeito e do objeto a partir de uma relação de determinações recíprocas. Nessa tentativa de superar o radicalismo do impasse sujeito e objeto (espírito e natureza, indivíduo e comunidade), Hegel inaugura uma dialética fenomenológica.

Em seu processo dialético fenomenológico, Hegel prescreve ao trabalho uma função que torna possível superar dualidades, especialmente entre a subjetividade e a objetividade (SCHAFER, 2012, p. 21), o que culmina não na cisão absoluta entre sujeito e objeto, mas sim na identidade entre sujeito e objeto. Não por acaso que as escritas interpretativas da teoria hegeliana, especialmente aquelas dedicadas à compreensão do trabalho em Hegel, tradicionalmente iniciam com a afirmação de que para o referido autor o trabalho possui um caráter formador – *bildet*.¹

Portanto, em um movimento teórico inédito para a época, divergindo do romantismo transcendental precedente, o trabalho na teoria hegeliana se desdobra em duas partes significativas: a) formador do ser humano em sua

¹Bildet é uma conjugação verbal em alemão usada no sentido de formar.

individualidade, correspondendo ao Espírito Subjetivo, em um percurso de inicial alienação para posteriormente a formação da consciência e ascensão à razão; b) formador do ser humano genérico, o Espírito Objetivo, para o mundo da cultura, a segunda natureza, que se manifesta no centro de um povo (SCHAFER, 2012, p. 35).

Karl Marx, hegeliano suficientemente para transitar entre o idealismo e o naturalismo, em 1867, na primeira edição de *O Capital*, definiu o trabalho como a condição de existência da humanidade, independente da organização social em questão, porque a necessidade de mediação entre o homem e a natureza é eterna e justamente metabolizada pelo trabalho (MARX, 2011, p. 167). Marx demonstra que ao transformar elementos naturais em produtos e, em seguida, em mercadorias, os seres humanos estabelecem na civilização uma lógica de relações de troca (MARX, 2011, p. 220).

Observa-se que para ambos os autores, Hegel e Marx, o trabalho possui um caráter medular na formação do sujeito, atuando tanto no desenvolvimento individual quanto na trajetória social do sujeito. Para eles, o trabalho, junto com as relações de troca, possibilita ao homem a superação da sua condição selvagem (LAZZARATO, 2014, p. 17) e, conseqüentemente, a alternativa de vida em rede e comunidade. Lazzarato (2014, p. 17), quando menciona os referidos autores, defende que quando o trabalho se torna mediador proporciona ao homem, subjetivamente, a satisfação de seus desejos em relação à natureza e aos outros, suspendendo o egoísmo e atendendo sua necessidade pelo outro.

A Modernidade não inaugurou apenas uma concepção de trabalho diferente, ela também possibilitou o início das construções conceituais sobre o que são o sujeito e a subjetividade – locução polifônica e fundamental na discussão do conhecimento no contemporâneo. As categorias trabalho, sujeito e subjetividade como são descritas atualmente se desenvolvem a partir da Modernidade. E, além disso, trabalho e subjetividade estão em permanente simbiose, já que o trabalho como é concebido, experimentado, interpretado, valorizado e vivido relaciona-se intrinsecamente com a compreensão acerca do que é a subjetividade (SANZON, 2009, p 16 - 19).

Assim sendo, estudar o trabalho é estudar o sujeito, a subjetividade e os processos que o subjetivam. Até porque o trabalhador é indivisível e com o trabalho, em uma demanda dialética, ele experimenta fenômenos intelectuais e materiais que o dispõem “sujeito” a/em um processo de subjetivação (SANZON, 2009, p. 20 - 23). Compreender a subjetividade como uma complexa rede que ultrapassa dimensão individual, que forja a partir de arranjos e forças em movimentos dinâmicos (COSTA & FONSECA, 2008, p. 515), é concordar epistemologicamente com o entendimento hegeliano e marxista sobre o trabalho e as respectivas teorias do sujeito forjadas concomitantes a isso.

Em um exercício de imaginação, que permite o deslocamento mental do agora para a Europa dos séculos XVII e XVIII - herdeira de René Descartes (1596 - 1650); onde o Iluminismo anunciou a ascensão da razão e o declínio do pensamento clerical; que protagonizou uma revolução no/do trabalho a partir da industrialização; e que fomentou uma Revolução na França de dez anos -, e, considerando a temporalidade dos fatos, os processos de desenvolvimento intelectual e a dinâmica de compartilhamento de ideias, percebe-se que os termos forjados para as novas bordas do conhecimento se miscigenaram e ganharam significados turvos.

Nesse sentido, significantes como identidade, sujeito e subjetividade ganharam acepções heterogêneas dependendo das correntes teóricas e dos autores que os utilizam. Com a progressão filosófica, a assimilação cartesiana do sujeito a partir de uma visão substancialista aristotélica é tensionada pela possibilidade dele ser um corpo de experiências confrontado pela intersubjetividade (COSTA & FONSECA, 2008; DI MATTEO, 2007). Sigmund Freud é um exemplo pertinente para ilustrar o tensionamento existente nas filosofias do sujeito.

O fundador da teoria psicanalítica não costumava utilizar o termo “sujeito” com o mesmo entendimento de Hegel e aqueles que foram influenciados por ele. Menos por não ser um filósofo, e mais por discordar de uma compreensão de sujeito como uma substância permanente, como um corpo autocentrado, consciente e livre, sujeito com um núcleo identitário e

resistente ao fluido do tempo. Para Freud, o sujeito não é uma superestrutura, mas sim uma composição do aparelho psíquico que incide a partir das experiências do corpo em contato com a exterioridade (DI MATTEO, 2007, p. 194).

Inclusive, com essa concepção de sujeito que Freud desenvolve seu pensamento sobre a função social do trabalho. Quando se procura entender a dimensão que o trabalho tem na teoria freudiana, invariavelmente os escritos sobre o assunto indicam a leitura de *Mal Estar na Civilização* (1930). Neste texto, Freud, ao costurar de forma os fenômenos internos da psique humana e os fenômenos externos que atravessam o homem, apresenta a psicopatologia orientadora da Psicanálise, que, posteriormente, influencia a psicopatologia do trabalho – a qual, desde a década de 70, se dedica a compreender as interfaces psicopatológicas do homem com o trabalho (MENDES, 1995, p. 35).

Freud, logo nas primeiras páginas do referido livro, defende que o ser humano, tendo a angústia como seu destino, se guia para duas direções: ou ele busca a ausência de sofrimento e desprazer, ou ele se empenha em viver experiências de intenso prazer. Para o autor, o prazer está relacionado à satisfação de necessidades que mobilizam o sistema psíquico. As necessidades que Freud se refere germinam no inconsciente a partir de profundos processos de desejo e de desejar, e, quando alcançam a consciência, tomam formas adaptadas à cultura vigente. Dessa forma, o sofrimento é caracterizado por sensações desagradáveis provenientes da não satisfação destas mesmas necessidades (FREUD, 2011, p. 18; MENDES, 1995, p. 35).

Em um raciocínio complementar, Freud acredita que o sujeito se considera ameaçado a partir de três dimensões: a do próprio corpo, a do mundo externo e a das relações humanas (FREUD, 2011, p. 20). Nesse sentido, o trabalho está disponível como dispositivo norteador para os dois caminhos que guiam a humanidade conforme Freud, a depender das condições externas oferecidas: ao mesmo tempo em que ele pode se transformar em instrumento de promoção de bem-estar e prazer, ele também se encaixa como fonte de sofrimento (MENDES, 1995, p. 35).

Uma consideração importante antes de prosseguir: não existe consenso entre os teóricos psicanalíticos acerca da categorização da Psicanálise, já que alguns pressupostos de Freud são logicamente regidos por dualismos, enquanto conceitos medulares da teoria investem em determinismos monistas (WINOGRAD, 2004, p. 210). O que parece consensual entre os psicanalistas é a compreensão de que o sistema psíquico e o corpo são dimensões distintas, e, apesar do corpo ser uma extensão da psique regida e influenciada pela mente, o que não é psíquico é pertencente à realidade externa.

O trabalho nos escritos psicanalíticos, portanto, é entendido como parte do mundo externo ao sujeito, e, quando utilizado para a contingência de desejos, se inscreve como fonte ou de prazer ou de sofrimento, sendo sua função no sistema psíquico subordinada às condições externas oferecidas pela cultura. Interessante ressaltar que a compreensão do trabalho como ferramenta social com potências positivas e negativas não é inaugurada por Freud. Durante a presente escrita, o trabalho como ferramenta de alienação aparece também nas teorizações de Hegel e Marx.

Apresenta-se, de forma sucinta, a função alienante do trabalho nos teóricos precitados. Como já mencionado, na teoria hegeliana o trabalho possui uma dimensão formadora para o sujeito. Para Hegel, ao longo do percurso de formação da individualidade do sujeito a partir do trabalho, o processo de alienação do espírito é necessário para o alcance do saber absoluto (o qual, de modo simplório, corresponde a uma totalidade do ser) (SCHAFER, 2012, p. 35). Em outras palavras, quando o espírito inicialmente se separa de si, se torna outro, no fim do processo ele descobre quem é absolutamente (SCHAFER, 2012, p. 53).

Para Hegel, a alienação possui um sentido positivo, já que é condição para o êxito do espírito na sua trajetória de autoconhecimento (SCHAFER, 2012, p. 53). Já para Marx, a alienação é eminentemente negativa, porque ela implica a perda da subjetividade. Marx, quando descartou o transcendentalismo e o dualismo - adotando uma postura monista, naturalista e materialista -, defendeu que nada existe de fixo no homem, exceto suas necessidades. Com a queda de qualquer tipo de moralismo, Marx compreende o ser humano como

elemento natural com necessidades singulares forjadas a partir da relação com o mundo dos objetos (MÉSZÁROS, 2006, p. 153 e p. 155).

Se o ser humano é constituído, sobretudo, de necessidades que se apresentam a partir da sua relação com o mundo; e o trabalho, como visto anteriormente, é uma atividade elementar da existência humana, pois a atividade produtiva é obrigatória ao homem que sobrevive; infere-se que, estruturalmente, o trabalho compõe o conjunto de necessidades humanas. O conceito de alienação para Marx está intrinsecamente relacionado com a relação do homem consigo mesmo, visivelmente por influência de Hegel apesar dos autores discordarem em pontos estratégicos e importantes, e com a relação do homem com o trabalho.

Em *Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844)* - sexto livro do autor publicado -, Marx apresenta a alienação como estrutura fundamental para desvendar os mecanismos internos de dominação sobre o trabalhador (SANTOS DA LUZ, 2008, p. 22). Ao longo do livro, enquanto promove um pensamento crítico sobre a relação que o europeu mantinha com o trabalho naquela época, Marx reflete sobre a economia política com uma postura filosófica, traçando um percurso histórico sobre o trabalhador, o capital, a propriedade privada, o lucro e outros elementos relacionados ao trabalho (ALVES, 2012, p. 159).

Marx questiona de que forma o trabalho, atividade que, para ele, está na gênese do desenvolvimento social e individual, em vez de potencializar o desenvolvimento do homem, ao contrário, o empurra para a animalidade. O autor, portanto, investiga de que forma o trabalho aumenta a produção de riquezas e convoca a sofisticação das capacidades do trabalhador, mas, ao mesmo tempo, não necessariamente garante benefícios reais e diretos ao trabalhador (SANTOS DA LUZ, 2008, p. 31). Em última instância, ele escreve sobre uma economia que transformou o homem em uma mercadoria e uma sociedade dividida em senhores e servos, em possuidores de propriedades e trabalhadores sem propriedades (ALVES, 2012, p. 161).

Nesse sentido se compreende a alienação na teoria de Marx. Para ele, a alienação se inscreve de três maneiras ao longo do processo de produção: a)

alienação na relação do trabalhador com o produto do seu trabalho, dificultando o reconhecimento do trabalhador no produto advindo de sua atividade; b) alienação na relação do trabalhador com o processo produtivo, imprimindo o trabalho como uma atividade fonte de fadiga e opressão que independe do trabalhador, atrapalhando a percepção do trabalhador como pertencente ao processo de produção; c) alienação na relação do trabalhador com os seus pares, com a sua espécie, atravancando as relações sociais e descaracterizando o trabalho como atividade criativa de transformação da natureza, para torná-lo unicamente um meio de sobrevivência (SANTOS DA LUZ, 2008, p. 32 - 34).

Portanto, para Marx o trabalho alienado impossibilita ao homem de se identificar com o produto de sua atividade, impede o trabalhador de se sentir pertencente ao processo produtivo e afasta os sujeitos de si mesmos por não construírem identificações a partir do trabalho. A obstrução do desenvolvimento das potencialidades dos trabalhadores, o adiamento do progresso da humanidade e a caracterização do trabalho como uma atividade de somente subsistência são consequências do trabalho alienado. Em última instância, o trabalhador se torna um fragmento da máquina de produção, com a missão de se integrar perfeitamente ao processo produtivo ou, caso não responda as expectativas, seu destino é o descarte.

As palavras de Erich Fromm sobre o trabalhador industrial funcionam como um interessante resumo sobre o trabalho alienado na teoria marxista:

Necessita de seu trabalho para viver, porém seu papel é essencialmente passivo. Desempenha uma pequena função isolada em um processo de produção muito complicado e organizado, e não se confronta nunca com 'seu' produto como um todo, pelo menos não como produtor, mas apenas como consumidor, sempre que disponha de dinheiro para comprar o 'seu' produto em uma loja. Não lhe concernem nem o produto acabado em seus aspectos materiais nem seus aspectos sociais econômicos, muito mais amplos. É colocado em determinado lugar e tem de realizar determinada tarefa, porém não participa da organização nem da direção do trabalho. Não sabe nem lhe interessa saber por que produz essa e não outra mercadoria, nem que relação tem o que produz com as necessidades sociais em geral. Os sapatos, os automóveis, as lâmpadas elétricas são produzidas 'pela empresa' empregando máquinas. Ele é mais parte da máquina do que seu senhor como agente ativo. A máquina, em vez de estar a seu serviço e fazer para ele o trabalho que antes ele

tinha de fazer com pura energia física, converteu-se em sua senhora. Em vez de ser a máquina um substituto de energia humana, o homem é que se converteu em substituto da máquina. Pode definir-se seu trabalho como a execução de atos que as máquinas ainda não podem executar (FROMM, 1979, p.178-179).

Não é necessária uma investigação profunda com diversos nomes de correntes teóricas diferentes para perceber que a alienação, ao longo da história, recebeu mais de um entendimento. Mesmo em Hegel e Marx, teóricos que pensaram de forma semelhante por algum tempo, no que concerne aos processos de alienação eles se desassociaam. Na teoria psicanalítica, para compreender o trabalho alienado é fundamental compreender o trabalho como uma atividade tanto positiva quanto negativa, como uma potência tanto de saúde quanto de adoecimento.

De forma muito simplificada, na teoria psicanalítica, entende-se a repressão dos instintos não adequados ao modelo social vigente como a principal fonte de mal estar e de desencadeamento de neuroses. Para Freud, praticamente em um modelo paradoxal, enquanto o desenvolvimento da sociedade garante a sobrevivência e coexistência dos seres humanos, é também a evolução social que reprime cada vez mais instintos frustrando cada vez mais os homens. A repressão de instintos pertencentes ao homem desencadeia, em um processo econômico interno, movimentos de reconversão, que, por sua vez, provocam auto incriminação e sofrimento. (p. PÉRICO & JUSTO, 2011, p. 148 – 151).

Como já mencionado, Freud compreende o trabalho como uma atividade pertencente ao mundo externo, capaz de produzir a integração das necessidades impostas pela cultura e dos movimentos e transformações que ocorrem no sistema psíquico do sujeito, além de ser também uma atividade capaz de promover saúde, a depender das condições existentes na relação do sujeito com o trabalho. Portanto, infere-se que o trabalho, na teoria psicanalítica, talvez por herança dos intelectuais alemães que precederam Freud, faz parte dos ritos de inserção social do homem e outorga uma sociedade centralizada na atividade laboral.

Além disso, importante considerar que a psicanálise tradicionalmente toma os instintos e as performances da sexualidade como tópicos elementares para a compreensão do homem e da sociedade. Nesse sentido, para investigar a análise feita pela teoria psicanalítica sobre o trabalho alienado são necessárias três proposições elementares: a) a consciência individual precede a consciência social; b) a edificação da sexualidade do sujeito constitui o protótipo das suas condutas ao longo da vida; c) o antagonismo entre os interesses sociais e interesses individuais é inevitável e irremediável, desenhado por Freud na oposição entre Princípio do Prazer e Princípio da Realidade (PÉRICO & JUSTO, 2011, p. 157 – 159).

Conforme W. Reich e H. Marcuse, o trabalho alienado é o produto arquitetado no princípio de dois processos sociais sucessivos que visam à alienação psíquica e social: a submissão de corpos e formas de vida psíquica à repressão e coerção de condutas sexuais; e, conseqüentemente, a modelação e o incentivo a sujeitos que personificam maleabilidade e infantilidade diante do autoritarismo (PÉRICO & JUSTO, 2011, p. 160). Portanto, sabendo que o trabalho além de ter função civilizatória por deter capacidade de organização social, é também ferramenta de sociabilidade e, logo, de saúde. Compreende-se o trabalho alienado como um artefato utilizado pelos protagonistas da construção de uma sociedade repartida em classes que culmina em interesses de dominação e opressão.

Para o encaminhamento conclusivo desta primeira parte do presente escrito, retomam-se as Clínicas do Trabalho e suas acepções sobre o trabalho e a alienação no trabalho. Apesar da confluência paradigmática sobre o mundo do trabalho, sabe-se da heterogeneidade das Clínicas do Trabalho. Nessa perspectiva, considera-se imprudente tratar de conceitualizações integralizadoras quando as Clínicas do Trabalho são inspirações teóricas metodológicas. Portanto, as dimensões conceituais apresentadas a seguir possuem mais um caráter didático do que uma perspectiva “descomplexificadora” atomista.

A Sociopsicanálise, por exemplo, corrente teórica associada a Gérard Mendel e Jean-Luc Prades, compreende o trabalho como uma ferramenta de

inscrição do sujeito no real, tornando-se mediador entre a realidade material e simbólica e o projeto de ação individual. E, junto com a Psicossociologia, movimento germinado na França, exponenciado por Vincent de Gaulejac, se torna possível entender o trabalho como dispositivo de reciprocidades entre o individual e o coletivo, entre o social e o psíquico, reorganizando ontologicamente a relação do homem com a natureza, do homem consigo mesmo e do homem com seus pares (BENDASSOLLI & SOBOLL, 2011b, p. 63; BARROS & AMADOR, 2017, p. 57).

A partir de Clot (2007), Bendassolli e Soboll (2011), Casadore (2016), Barros e Amador (2017) e Lhuiler (2017), as Clínicas do Trabalho compartilham a compreensão acerca do trabalho como uma atividade inserida numa demanda social de transformação da realidade, dimensionada no real a partir das experiências vividas pelos sujeitos. Ele é potência para a afirmação do sujeito na sociedade e para a criação de uma história compartilhada. É também possibilidade de superação da dicotomia indivíduo-sociedade. O profissional clínico do trabalho é aquele que se volta para a mediação entre a economia psíquica e o campo social, para a ressonância dos fatores sociais na produção de subjetividade e na vida psíquica do trabalhador.

Durante a revisão bibliográfica para a elaboração deste escrito não foi possível encontrar literatura específica sobre as Clínicas do Trabalho e a alienação no trabalho. Porém, percebeu-se que, assim como na Psicanálise, para as Clínicas do Trabalho o trabalho alienado está fortemente associado ao trabalho que provoca sofrimento em vez de possibilidades de vidas saudáveis, apesar dos teóricos associados ao referido paradigma não usarem os mesmos termos que os autores psicanalíticos usam. Parece que a Psicanálise e as Clínicas do Trabalho compartilham a ideia do trabalho como estratégia civilizatória tão potente para a produção da saúde quanto como artefato de manutenção e reprodução de uma sociedade adoecida, desigual e simpatizante de barbáries.

Bendassolli (2011, p. 67) aponta que há certa concordância na Psicologia do Trabalho, a partir da industrialização e que persiste até recentemente no período pós-industrial, quanto aos efeitos deletérios,

destrutivos e alienantes na experiência humana com o trabalho. Para o autor, referência teórica nas Clínicas do Trabalho no Brasil, a alienação no trabalho está presente quando o trabalhador é incapaz de agir por si só e junto aos outros, tem suas intensidades cognitivas e afetivas bloqueadas e suas possibilidades diante das ferramentas de trabalho e linguagem são delimitadas (BENDASSOLLI, 2011, p.91).

Esta primeira parte do escrito propôs uma breve análise sobre a Psicologia e o trabalho, enfatizando as transformações no trabalho e nos processos de produção, e elaborou uma síntese sobre o que é o trabalho e o trabalho alienado, considerando epistemologicamente as teorias de Hegel, Marx, Freud e as Clínicas do Trabalho. Tal proposta tem o intuito de edificar um percurso que irá discutir sobre trabalho, subjetividade, saúde e a dimensão política da clínica no contemporâneo.

Nesse sentido, enquanto a segunda parte do presente trabalho busca uma compreensão acerca de trabalho, subjetividade e processos de subjetivação no contemporâneo, o terceiro capítulo propõe uma análise sobre a dimensão política da clínica a partir das Clínicas do Trabalho, considerando o conceito de saúde na teoria de Canguilhem e a atividade crítica em Foucault.

LINHA: Trabalho e Subjetividade

Há tantas coisas que você vai ter que descobrir, Tavito. As coisas invisíveis, as difíceis, a brecha que espera por você entre o desejo e o mundo.

Eduardo Galeano (1988).

A investigação das relações de trabalho ao longo do desenvolvimento social do ocidente revela que o significado e as formas de valor do trabalho se modificaram conforme o tempo. A profunda metamorfose socioeconômica com importantes impactos políticos e culturais iniciada com o Iluminismo, edificada com a Revolução Industrial e assentada com o fim da Segunda Guerra Mundial produziu um movimento de ascensão social ao trabalho, transformando o seu valor e o seu sentido. A segunda parte deste escrito desponta com o intuito de refletir sobre os laços entre o mundo do trabalho e a [produção de] subjetividade, para, em seguida, compreender as potências da crítica nesta conexão.

A história denuncia as mais variadas expressões que o trabalho assumiu ao longo da humanidade. Na Grécia Clássica, por exemplo, o trabalho era primeiramente associado à sobrevivência e, em seguida, à atividade manual, mas não estava vinculado às atividades de grande prestígio como os exercícios de contemplação da filosofia, das artes e da política. No recorte sócio histórico seguinte, na Idade Média, algum aspecto do trabalho grego se preservou, mas dessa vez a atividade laboral estava combinada com o valor moral típico da religiosidade judaico cristã, na qual o labor enquanto ocupação da mente protege o homem do desvio do percurso divino (BENDASSOLLI, 2011, p. 68).

Bendassolli (2011, p. 69) cita *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* de Max Weber, quando destaca as novas interpretações da Bíblia, especialmente em virtude do Protestantismo de Martinho Lutero no século XIV, como fenômeno que insuflou um novo sistema socioeconômico chamado de capitalismo. Sanzon (2009, p.26) constrói suas hipóteses sobre a revolução no trabalho associadas à reforma no sistema religioso vigente, aos ideais iluministas de liberdade e de emancipação individual e às inovações

tecnológicas para a reprodução da informação². Hardt e Negri (2016, p. 89) defendem que o nascimento e o crescimento do capitalismo estão intrinsecamente relacionados com os amplos circuitos de mobilidade dos seres humanos e as consequentes trocas de riquezas e mercadorias.

A literatura investigada compartilha duas ideias principais sobre a transformação do valor e do sentido do trabalho durante a superação da Idade Média e o advento da Idade Moderna: a) a transformação do trabalho em uma potência social de afirmação e valorização humana exigiu séculos, e factualmente percebe-se a mudança quando a atividade laboral não é mais interpretada como uma condenação, mas sim como uma possibilidade, um valor de desejo; b) o efeito produzido pela mistura entre a nova hermenêutica religiosa e o modelo de humanidade proposto pelo Iluminismo incidiu automaticamente na subjetividade do trabalhador.

Para desenlaçar os nós existentes entre os eventos históricos que fundaram a Modernidade, as complexidades do mundo do trabalho que se sofisticam conforme as sociedades mudam e a consolidação globalizada do capitalismo como sistema socioeconômico os caminhos teóricos possíveis são diversos. O presente escrito compromete-se com o fio do trabalho. Nesse sentido, entende-se como fundamental perceber a premissa medular das sociedades industriais: o trabalho com uma dimensão paradigmática, totalizante para aqueles que se amoldam e excludente para os sujeitos que não se adaptam a rotina laboral.

Considera-se importante um posicionamento antes de prosseguir na análise acerca do que é subjetividade. Hegel, Marx e Freud, ratificando as singularidades teóricas, em última instância, compartilham em suas escritas uma filosofia de sujeito. Esse escrito se apóia teoricamente neles, porque, cada qual em sua forma, credibiliza o trabalho como um elemento medular na compreensão da humanidade. Mesmo sabendo que Marx rompe com o idealismo alemão quando outorga o materialismo como fonte de especulação

²Este raciocínio fica mais completo se o desenvolvimento tecnológico gráfico, iniciado em 1440 com JohannesGuttenberg, junto com o Iluminismo e com a ascensão da burguesia e da urbanização na Europa após a Revolução Francesa se tornarem fatores de análise.

sobre o mundo, entende-se que os três precitados autores compreendem, em diferentes níveis, a existência de um funcionamento intrapsíquico que não necessariamente está vinculado à consciência – O espírito em Hegel, as necessidades naturais em Marx e as estruturas pré-conscientes em Freud.

O desenvolvimento consecutivo ao primeiro capítulo deste trabalho prioriza compreensões acerca do homem e da sociedade tidas, em larga escala, como pós estruturalistas ou também chamadas de pós modernas. Isso não significa abdicar das epistemologias utilizadas anteriormente. Pelo contrário, há o entendimento de que os escritores mais contemporâneos não necessariamente rompem com os paradigmas advindos dos séculos anteriores, mas sim tensionam as constatações historicamente aceitas a fim de atualizar os conhecimentos sobre o mundo. Nesse sentido, os movimentos intelectuais posteriores ao estruturalismo são absorvidos como estiramentos incontroláveis do conhecimento para não torná-lo obsoleto.

Guattari e Rolnik (1996, p. 31) afirmam que Freud foi o primeiro a mostrar a precariedade de uma definição totalitária da consciência. Quando o psicanalista teorizou acerca do inconsciente, inaugurou uma percepção de homem descentralizada das experiências conscientes e incluiu a possibilidade da desrazão (DA SILVA & GARCIA, 2011, p. 190). Nesse sentido, concordando que uma única instância aglutinadora para a descrição do ser humano é insuficiente, autores defendem que a Psicologia “captura” a subjetividade quando toma para si um sujeito que também é do inconsciente, também é do desejo (DI MATTEO, 2007, p. 195; PRADO FILHO & MARTINS, 2007, p. 16).

Sujeito, subjetividade e processos de subjetivação são expressões que possuem repertórios diversos, sem pertencerem monopolisticamente a qualquer corrente de pensamento. De acordo com Lazzarato (2014, p. 53), tais palavras são constantemente utilizadas a partir do desenvolvimento do pensamento crítico na década de 60, e, considerando esse contexto, o autor sugere o afastamento do estruturalismo para evitar conclusões reducionistas pautadas em operações de significantes. Subjetividade, por exemplo, por vezes, amarradas a palavras como *self*, identidade e personalidade, revelando sentidos de interioridade, de substância, enquanto que em outros contextos

são associadas a termos como fenômeno, processo e produção de si, atreladas a ideias de virtualidade e descentralização (PRADO FILHO & MARTINS, 2007, p 16).

A concepção de subjetividade assumida aqui se distancia de qualquer sentido naturalizante, biológico, genético ou determinista, porque, apesar de muito se valorizar a teoria de Descartes, a perspectiva paradigmática deste trabalho não concorda com a ideia de subjetividade ser sinônimo de unidade. Toma-se por subjetividade o fenômeno virtual situado no tempo e no espaço, com determinação histórica, produzido por agenciamentos de enunciação, fabricado e modelado no registro social. Subjetividade são as experiências do sujeito que acontecem em um campo não palpável que produzem efeitos nos corpos e nas maneiras de viver (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p.31; PRADO FILHO & MARTINS, 2007, p.16; MANSANO, 2009, p. 111).

A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação, de semiotização - ou seja, toda a produção de sentido, de eficiência semiótica - não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microssociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquinais, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e de produção ideica, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.) (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p.31).

Entende-se a construção do conceito de subjetividade como um fluxo de transformações hermenêuticas, de contornos e de novas bordas. Ela destitui o essencialismo e o estruturalismo e evoca forças, movimentos e lugares. De forma geral, para os modernos e os contemporâneos, a subjetividade se constrói nas relações sociais, moldada pelos sentidos comuns que se estabelecem historicamente, interferindo, dialeticamente, na definição de valores, conceitos, e verdades (SANZON, 2009, p. 21). Ela é uma complexa rede de forças cambiantes, produtora e reprodutora de efeitos, forjada por

diferenças contingentes, constitutiva do sujeito (COSTA & FONSECA, 2008, p. 515).

Erich Fromm (1979, p; 86) defende que discussões sobre as condições de produção e de organização social são fundamentais para a análise do homem na sociedade capitalista. Acredita que existe um regime de conduta compartilhado pela maioria dos sujeitos de uma cultura, modelada a partir do inconsciente com interações ideológicas, e tal norma de comportamentos permite o funcionamento específico de uma sociedade. Para o autor, a sociedade moderna, em suas intenções de produtividade, liberdade de mercado e sublimação dos desejos humanos em materialidade aquisitiva, canalizou a energia dos homens para um regime de trabalho e de produção nunca antes tão intenso, implicando hábitos de disciplina, de ordem, de pontualidade e de consumo.

O que Fromm chama de caráter social não é semelhante aos processos de subjetivação, apesar de possíveis aproximações associativas. Em *O Sujeito e o Poder* (1995), enquanto explica sua teoria, Michel Foucault defende que para estudar o sujeito é necessário compreender os mecanismos utilizados para transformar o homem em um sujeito, e, para ele, as estratégias utilizadas no processo de modelagem e controle da subjetividade humana são chamadas de processos de subjetivação.

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo [...]. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Revel (2014, p. 145) acredita que os processos de subjetivação ou modos de subjetivação correspondem aos procedimentos sociais pelos quais se obtém a constituição normativa de sujeitos a partir da fabricação de subjetividades. Importante lembrar que os sujeitos e suas respectivas subjetividades estão sempre planejados em um recorte social histórico, de

forma tal que os modos de subjetivação, ou seja, as possibilidades de condutas que determinam as escolhas de existências, influenciam e produzem modelos de organização de vidas e sociedades (MANSANO, 2009, p. 11). Nessa perspectiva, o capitalismo enquanto regime socioeconômico com ambições do tamanho do planeta Terra desenvolve estratégias de subjetivação hegemônicas apropriadas ao seu sistema de funcionamento.

Lazzarato (2014, p. 27 e p. 35) defende que a sujeição é uma das ferramentas de subjetivação utilizadas pelo capitalismo, centrada na subjetividade do sujeito enquanto unidade, enquanto indivíduo. A sujeição estabelece duas hierarquias diferentes: a primeira entre o ser humano e a natureza; e a segunda entre gêneros, raças e outras categorias que permitem segregações polarizadas entre homem e mulher, adulto e criança, e assim por diante. Dessa forma, a sujeição outorga os sujeitos como figuras fragmentadas e isoladas de um sistema maquínico social, como um avatar do individualismo, operando de forma parecida com a alienação do trabalhador em relação aos seus pares, dificultando processos de identificação e de coletivizações.

Tanto Foucault (1995, p. 236) quanto autores contemporâneos seguidores da teoria foucaultiana seguidamente lembram que para compreender os processos de subjetivação e os mecanismos de sujeição é fundamentalmente necessário considerar as estruturas sociais de exploração e dominação. Nesse sentido, o autor didaticamente classifica as sociedades da Antiguidade e da Idade Média como sociedades de soberania, porque se baseavam em relações totalmente dissimétricas entre dominantes e dominados, onde o soberano extraía de forma completamente autoritária o tempo, a força de trabalho e os produtos dos seus súditos. Os suplícios e as práticas de violência explícita nos espaços públicos eram os métodos de dominação dos sujeitos (ABBES NEVES, 1997, p. 85).

Sem estabelecer uma relação de substituições progressistas ou de lógica cronológica, Foucault apresenta as sociedades disciplinares, instituídas principalmente a partir do século XVIII com seu apogeu no século XX. As sociedades disciplinares não são dependentes de um regime autocrático centrado em uma figura soberana, porque suas tecnologias de controle e

submissão se expressam através de mecanismos descentralizados, invisíveis e onipresentes. Nesse contexto, espaços de vigilância constante, arquitetados estruturalmente como panópticos, tornam-se fundamentais nos regimes de disciplina, avultando instituições como as fábricas, as escolas, os hospitais, as famílias e os presídios (ABBES NEVES, 1997, p. 86).

Sabendo que os movimentos no tecido social são constantes e as consequências são transformações dimensionadas na totalidade da sociedade, o exercício de poder praticado nas sociedades de soberania se modificou até alcançar modos de operação peculiares às sociedades disciplinares. As novas estruturas de exploração e dominação fundaram outros modelos de sociedades, as sociedades de controle, as quais operam cada vez mais a partir das tecnologias de automação, de microeletrônica, de robótica e de mídia, imprimindo uma virtualidade calcada em modelos dispersos e mutantes que inviabiliza a constituição absoluta e possibilita a transformação contínua. As sociedades de controle se solidificam na década de 70, como possibilidade para a crise mundial que o capitalismo atravessou, inaugurando uma nova era econômica chamada neoliberalismo (ABBES NEVES, 1997, p. 87).

Ainda sobre os mecanismos de sujeição e estruturas sociais de exploração e de dominação, Foucault (1995, p. 236) elenca três tipos de conflitos de poder: a) luta contra formas de dominação étnica, social e religiosa; b) luta contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; c) luta contra as formas de sujeição, subjetivação e submissão que conectam o indivíduo a si mesmo e o subordina aos seus pares. Em seguida, Foucault pontua a Reforma Protestante como resultado máximo de uma experiência de resistência contra as formas de subjetivação das subjetividades na sociedade ocidental e defende que na atualidade a luta contra os mecanismos de sujeição é cada vez mais importante.

Maurizio Lazzarato (2014, p. 27), teorizando sobre os processos de subjetivação e as formas de sujeição vistas em Foucault, lembra que Marx já havia argumentado que a sujeição social é um fenômeno ocasionado pela capitalização das relações sociais. O autor italiano acredita que processos de subjetivação do contemporâneo, quando estabelecem modelos de identidade,

sexo, profissão, nacionalidade, convocam subjetividades individualizantes, com o intuito de produzir sujeitos fragmentados e isolados que atendem facilmente os interesses neoliberais por justamente estarem paradigmaticamente aproximados do individualismo tradicional e estratégico do liberalismo econômico.

Lazzarato (2014, p. 29 e p. 53) afirma também que a subjetividade é o principal produto de produção capitalista, porque condiciona e participa da produção de todas as outras mercadorias. Nesse contexto, ele apresenta o conceito de servidão maquínica dos autores Gilles Deleuze e Félix Guattari como o segundo instrumento utilizado pelo capitalismo nos processos de subjetivação. A servidão maquínica, diferente da sujeição que individualiza o sujeito, atua através da dessubjetivação, transformando massas em amostras, dados, informações decodificadas. Com isso, a servidão maquínica abandona a subjetividade enquanto unidade e centraliza seu foco em maquinismos sociais como empresas, equipamentos do Estado e sistemas de comunicação.

Portanto, para assimilar minimamente a complexidade inscrita na relação entre o trabalho e a subjetividade no contemporâneo é medular saber que: a) as sociedades de controle se consolidam no ocidente entre a metade e o fim do século passado, adotando novas formas de submissão conectadas à tecnologia e à constante remodelagem; b) as transformações sociais que anunciaram a Pós Modernidade convocam sofisticações nos processos de subjetivação, dessa vez associados às estratégias socioeconômicas neoliberais e às condutas de vida aceitas nas sociedades de controle.

Nesse sentido, Claudia Abbes Neves (1997, p.90) demonstra que a cada tipo de sociedade cabe um tipo de regime de poder e um tipo de produção de subjetividade. A sociedade de controle, marcada pelo paradoxo, produz, ao mesmo tempo, adesterritorialização incessante e a produção de subjetivações serializadas e homogeneizadoras. O resultado são sujeitos laminados, solitários, paralisados, segregados no cotidiano e magnetizados pelos símbolos do capital. O trabalhador do contemporâneo não está distante da realidade relatada e o trabalho, bem como o sistema de produção, foi cooptado pela máquina neoliberal criada nas sociedades de controle.

Abbes Neves (2004), em uma nota de rodapé na página 136 do artigo *Pensando o Contemporâneo no Fio da Navalha*, acredita que os complexos processos de subjetivação do contemporâneo desmerecem as forças clássicas de resistência dos trabalhadores e apontam o capitalismo como uma macro estrutura social eterna. Para ela, sabendo que os efeitos do capitalismo se materializam não somente nas relações sociais, mas também na natureza humana e nas suas virtualidades, os agenciamentos do capitalismo atual tomam o desejo³ como forte aliado e são capazes de o regular por aquilo que regula o sistema de produção.

No mesmo texto, a autora lembra que Deleuze e Guattari afirmam em *O Anti-Édipo* que onde há produção e reprodução de sociedade há também produção de desejo. E, considerando o tecido social como dispositivo historicamente produzido por fluxos geradores de infinitas formas de semiotização, é fundamental para a máquina capitalista produzir no social um funcionamento semelhante ao seu. Nesse sentido, o capital sequestra as configurações de vida e as produções sociais de existência, a fim de dominar até mesmo os afetos produzidos nas relações e as máquinas desejanças, transformando-os em fluxos libidinais inconscientes de valor capitalizado (ABBES NEVES, 2004, p. 145-147).

Entende-se com os escritos de Claudia Abbes Neves, sem esquecer as teorizações feitas até aqui - especialmente sobre as ideias e condutas em sociedade herdadas do Iluminismo e praticadas a partir do século XVIII -, que os processos de subjetivação das sociedades de controle neoliberais produzem, estrategicamente, sujeitos vulneráveis aos agenciamentos do capitalismo pós moderno, porque na atual configuração do mundo, com as respectivas possibilidades de vida, não somente o corpo e as capacidades intelectuais do ser humano são necessários para o funcionamento da máquina capitalista, mas também os desejos.

³Suely Rolnik e Felix Guattari, em *Micropolíticas: Cartografias do Desejo* (1996, p. 239), apresentam o conceito de máquina desejança para tratar sobre os fenômenos de desejo, afastando-a de uma ideia orgânica e inexorável, mas a descrevendo como uma construção de infinitas possibilidades de montagem. Nesse sentido, o desejo em um ponto de vista fenomenológico, se conecta com os mais diferenciados elementos de seu entorno, mas sem um caráter de espontaneísmo. Ele é uma máquina técnica que pode paralisar, bloquear, implodir e também ser dominada.

A problemática da produção, a meu ver, é inseparável da problemática do desejo. Muitas pessoas não consideram as coisas dessa forma; há até as que operam um corte radical entre o campo do trabalho e o campo do desejo. Para elas o campo do trabalho é algo que deveria ser disciplinado, tornado por estruturas de controle, estruturas hierárquicas, enquanto que o desejo apareceria como algo indiferenciado que se poderia atribuir, de acordo com as teorias, a um instinto, ou a uma pulsão, ou a uma força bruta, e assim por diante. Isso me parece inteiramente falso (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p. 239).

Considerando o percurso teórico exposto, reflexões especulativas são propostas. Assim como Hegel, atribuindo ao trabalho a concepção de atividade ontológica para a humanidade; assumindo o conceito marxista de trabalho como a atividade humana de transformação da natureza para a sua sobrevivência; aceitando a função do trabalho como ferramenta possível de constituição do sujeito, de inserção social e de promoção de saúde, bem como a teoria psicanalítica faz; reconhecendo o sujeito como o indivíduo com subjetividade produzida a partir de processos de subjetivação; 1) compreende-se o trabalho na atualidade como uma organização social sequestrada pelo capitalismo com o objetivo de propagar um regime socioeconômico dominador de produção tomada pelo lucro.

Sem a apresentação de uma discussão filosófica acerca da atividade política como ação inerente ao ser humano e, mais uma vez, salientando as potências de desenvolvimento social proporcionadas pelo trabalho, especialmente a partir do caráter ontológico e teleológico da atividade laboral, 2) entende-se que o domínio hegemônico sobre os processos de subjetividade é uma estratégia de perpetuação do capitalismo como regime socioeconômico em uma dimensão planetária. Com tal objetivo, utilizando a sujeição e a servidão maquínica, 3) métodos sofisticados de subjetivação são acionados para produzirem sujeitos individualizados, fragmentados, isolados de seus pares, que, quando tomados em proporções de populações são identificados como números estatísticos, dados de amostra e informações decodificadas.

Entre as consequências nefastas deste capitalismo estão: 4) a produção de subjetividades que atendem prioritariamente os interesses capitalísticos, em

vez de favorecer o desenvolvimento civilizatório das sociedades; 5) a constituição de sujeitos sem implicações com função significativa no tecido social, tornando-os submissos e alienados, com possibilidades e condutas de vida desenhadas por um regime socioeconômico pautado eticamente no lucro sem restrições; 6) o trabalho se torna uma atividade preenchida por ideias de produção e de consumo, esvaziada de sentido social, sem potência para a identificação entre os trabalhadores e, conseqüentemente, para mobilizações coletivas, e 7) a possibilidade de sujeitos críticos pelo trabalho se converte em produção de massas fragmentadas em dimensões individualizantes, com sentidos desfigurados e mais aproximados de um funcionamento mecânico do que humano.

A partir das reflexões apresentadas, é fundamental desenvolver ponderações sobre a Psicologia comprometida com a Saúde do Trabalhador. O início deste escrito revisa a Psicologia do Trabalho e encontra nas Clínicas do Trabalho uma possibilidade de práticas psi engajadas com posicionamentos que escolhem o trabalhador e a sua constituição como sujeito, em vez de privilegiar os interesses capitalizados. A declaração paradigmática do presente trabalho é considerada tão fundamental quanto à escrita livre, sem bordas desenhadas pela perigosa ideia de neutralidade, porque se entende que em qualquer espaço intersubjetivo existe uma disputa de poder.

Assim como um trabalho acadêmico, a prática profissional de qualquer profissão está inserida em um campo virtual e simbólico de disputas de poder. Perceber a realidade como um espaço de constante disputa de poderes é, necessariamente, um convite ao posicionamento diante dos conflitos que se apresentam. Não se entende posicionamento como uma definição polarizada movida por paixões entre os possíveis lados estabelecidos, mas sim como uma escolha de condutas pautada na ética e no cuidado de si, como Foucault⁴ ensinou a partir da Grécia Antiga. Certamente esta escrita é um mapa, ainda que inicial, para a análise das forças que incidem no mundo do trabalho, e, portanto, é também um chamado para um posicionamento.

⁴ COLOCAR O TEXTO DO FOUCAULT SOBRE O CUIDADO DE SI!!!!

O capitalismo e a sua trama com o mundo do trabalho, em que as formas de subjetivação são as protagonistas junto com os processos de produção, tensionam profundamente a atuação do psicólogo comprometido com a Saúde do Trabalhador. Procurar possibilidades de saúde no trabalho, considerando as potências da atividade laboral relacionadas à socialização, à constituição do sujeito, à simbolização e à significação das experiências, necessariamente exige priorizar os aspectos subjetivos do trabalho, especialmente a partir da perspectiva dos trabalhadores, em vez das necessidades do capital. Nesse sentido, a Psicologia Social do Trabalho mais do que sugerir um manual de práticas profissionais, propõe uma conduta de olhar crítico para as relações de poder estabelecidas no mundo do trabalho.

No próximo capítulo, considerando as teorizações propostas ao longo deste escrito sobre o trabalho e a Psicologia, bem como subjetividades e processos de subjetivação, apresenta-se os conceitos de saúde na teoria de Georges Canguilhem e de crítica em Michel Foucault, para, em seguida, propor uma discussão sobre a dimensão política das clínicas psi a partir das Clínicas do Trabalho.

BORDADO: Saúde, Normas, Crítica e Clínica

Na medida em que seres vivos se afastam do tipo específico, serão eles anormais que estão colocando em perigo a forma específica, ou serão inventores a caminho de novas formas?

Georges Canguilhem (2009).

Safatle (2011, p. 12) afirma que é ideológico todo sistema de saber e de orientação da práxis que procura naturalizar seus dispositivos de justificação. Exatamente por compreender que, ao longo do desenvolvimento da humanidade, a saúde e suas concepções se constituíram em um campo de intensas disputas de poder, neste escrito se propõe pensar a saúde tensionando os discursos hegemônicos de controle e subjetivação. Nesse sentido, no qual as ciências médicas e biológicas sofrem tensionamentos críticos, Georges Camguilhem é um imperativo.

Canguilhem, filósofo e médico francês que nasceu em 1904 e morreu em 1995, pertence a uma corrente teórica francesa vinculada à reflexão epistemológica que percorre a filosofia, marcada pela fenomenologia e pela perspectiva da relação entre o sujeito e o sentido, comprometida com a reconstrução de uma história das ciências (SAFATLE, 2011, p. 15). Em seus escritos, ele elabora uma epistemologia das ciências mediada por uma filosofia da vida, a partir da análise da racionalidade e da operacionalidade que caracteriza os sistemas de conhecimento historicamente situados no século XIX e vislumbrados pela medicina tradicional ocidental (CZERESNIA, 2010, p.711)⁵.

A partir da problemática médica e biológica, Canguilhem questiona os limites rígidos da epistemologia racionalista, bem como as ideias de precisão e concepção dos fatos a partir de métodos cartesianos. Sua teoria incentiva uma corrente teórica, chamada por nomes diferentes, como, por exemplo, epistemologia histórica, ontologia histórica e epistemologia social, na qual os fatos do conhecimento são construções sociais situadas em períodos históricos

⁵Georges Canguilhem junto com LudwikFleck, médico e biólogo que viveu entre 1896 e 1961, são reconhecidos como teóricos que reagiram contra o positivismo na primeira parte do século XX, questionando os limites rígidos da racionalidade positivista e propondo um novo modelo epistemológico para as ciências a partir de um resgate sobre a história das ciências (CONDÉ, 2016, p. 52).

influenciados pela cultura vigente, e o cientista é um sujeito localizado no tempo e no espaço agindo para atender circunstâncias específicas ciências (CONDÉ, 2016, p. 53).

Propor uma discussão acerca da saúde a partir de Canguilhem implica discutir sobre as estruturas de definição e de partilha entre fenômenos normais e fenômenos patológicos. Para isso, o autor francês revisa de que forma Augusto Comte, Claude Bernard e René Leriche⁶ – figuras proeminentes desde o século XVIII na construção do conhecimento vinculados ao positivismo - compartilham a compreensão de que normal e patológico correspondem a uma diferença quantitativa do mesmo fenômeno, diferenciado a partir de variações em déficits ou em excessos, tornando a doença um subvalor derivado do normal (SAFATLE, 2011, p. 14 -17).

Canguilhem também apresenta outra forma de análise acerca do normal e patológico, na qual a distinção entre os dois fenômenos é qualitativa, utilizando duas versões como exemplos. A primeira, chamada de teoria ontológica por assumir a doença como o resultado da presença de corpos substancialmente diferentes do corpo saudável, é paradigmaticamente amparada pela teoria microbiana de doenças contagiosas a partir de Louis Pasteur. A segunda, a teoria dinamista ou teoria funcional, que encontra na medicina grega seu exemplo primordial, já que os gregos assumiam a natureza e o ser humano como um sistema de equilíbrio e harmonia, compreende a doença como um fenômeno vital presente de forma integral no sujeito, em vez de concebê-la como fato isolado em alguma parte do homem (SAFATLE, 2011, p. 18).

Com sua revisão histórica, Canguilhem constata que normal e patológico não são estruturas diferentes, mas sim elementos de intensidades diferentes, variações qualitativas do mesmo estado, afinal “na doença como na saúde, as leis dos fenômenos vitais são as mesmas” (CANGUILHEM, 2009, p. 15). Nesse sentido, o autor passa a questionar se a referida dicotomia, normal e

⁶Augusto Comte, filósofo, nasceu em 1798 e morreu em 1857, é associado à fundação da Sociologia e do positivismo. Claude Bernard, médico e fisiologista, nasceu em 1813 e morreu em 1878, conjugou questões históricas e sociais com seu interesse pelas ciências sociais, dedicando-se fortemente ao desenvolvimento de uma filosofia positivista. René Leriche, médico cirurgião e fisiologista, nasceu em 1879 e morreu em 1955.

patológico, possui somente explicações endógenas ou se é constituída a partir de funções orgânicas e também de normativas sociais, já que são variações discriminadas a partir de valores estabelecidos socialmente.

Três considerações importantes:

- a) a proposta epistemológica de Canguilhem tensiona a influência das ciências físicas no desenvolvimento das ciências médicas, quando afirma que o conhecimento científico é produto de um contexto histórico e não somente respostas da natureza aos questionamentos racionais sobre a vida (CONDÉ, 2016, p. 53);
- b) nesse sentido, Canguilhem assume que além do pensamento científico não compor um sistema de saber independente e isolado, também está conectado com um quadro mais amplo de ideias historicamente determinadas, como, por exemplo, doutrinas místicas e transcendentalismos metafísicos, reconhecendo, portanto, que a cultura precede a ciência (SAFATLE, 2011, p. 15-16);
- c) portanto, Canguilhem entende que somático e psíquico são instâncias correspondentes, e, dessa forma, entende-se que para o autor natureza e cultura são semelhantes também, sendo, inclusive, tal construção a principal divergência entre Foucault e seu orientador (SAFATLE, 2011, p. 15-16).

Para Canguilhem, o organismo e o meio não constroem uma configuração completa, porque a relação deles não é operacionalizada por um sistema mecânico. O autor discorda da ideia cartesiana em que o meio é instrumento universal de dissolução de individualidades. Para ele, é justamente o contrário: o meio não somente não é capaz de controlar as estratégias encontradas pelos organismos para operar o mesmo conjunto de problemas propostos, como também não é capaz de definir o valor significativo das ações praticadas sobre o meio (SAFATLE, 2011, p. 25).

O meio, para Canguilhem, é a estrutura formatada a partir de determinações e de possibilidades impostas pelo próprio organismo, e quando o organismo não é capaz de exercer tais determinações e possibilidades ele

está em uma situação de doença (SAFATLE, 2011, p. 25). Dessa forma, ele reconhece a doença não como uma anormalidade, mas sim como um modo de funcionamento do organismo que se encontra fora do padrão, com sua gravidade denunciada pela capacidade maior ou menor de possibilidades de inovações frente à realidade (CANGUILHEM, 2009, p. 44, p. 64; NEVES, PORCARO & CURVO, 2007, p. 630).

Antes de encaminhar a parte conclusiva desta síntese sobre a teoria de Canguilhem e, enfim, compreender a concepção do referido autor sobre saúde, é fundamental saber quatro definições-chaves utilizadas ao longo do livro *O Normal e o Patológico* (2009): normal, norma, normalidade e normatividade.

Para Canguilhem (2009, p. 40), normal possui dois sentidos possíveis: o primeiro corresponde aquilo que é como deve ser; o segundo, que coincide com o uso mais frequente da palavra, representa aquilo que se encontra em maior parte em uma observação, aproximando-se do que é a média de um fenômeno mensurável. Conforme o autor, o segundo significado sofreu influência de uma premissa em que toda generalidade é indício de uma essência, de tal forma que uma generalidade observável ganha valor de comum, de ideal. Na teoria de Canguilhem, normal não é um conceito circunscrito e determinante, mas sim sinônimo de plasticidade da vida e, conseqüentemente, infinitas possibilidades de formas de existir.

Normas são práticas dinâmicas produzidas dentro e fora dos corpos, criadas a partir da interação entre o organismo e o meio em que se encontra, sendo que elas introduzem uma margem incontável de tolerância para comportamentos, tornando impossível classificar qualquer organismo como normal ou anormal se estiver isolado. A normalidade é uma concepção, um instrumento que se produz a partir dos efeitos dos comportamentos adotados por organismos em um contexto com regras sociais previamente estabelecidas. E normatividade, advinda da normalidade, é a instituição de normas como parâmetro valorativo das formas de vida, que, por frequência estatística, estabelece regimes de conduta social (CANGUILHEM, 2009, p. 40, p. 46, p.51, p. 127).

(...) o vivente humano prolonga, de modo mais ou menos lúcido, um efeito espontâneo, próprio da vida, para lutar contra aquilo que constitui um obstáculo à sua manutenção e ao seu desenvolvimento tomados como normas. (...) a vida não é indiferente às condições nas quais ela é possível, que a vida é polaridade e, por isso mesmo, (...) a vida é, de fato, uma atividade normativa. (...) No pleno sentido da palavra, *normativo* é o que institui as normas. E é nesse sentido que propomos falar sobre uma normatividade biológica (CANGUILHEM, 2009, p. 40).

A espécie seria o agrupamento de indivíduos, todos diferentes em certo grau, e cuja unidade traduz a normalização momentânea de suas relações com o meio, inclusive com as outras espécies, como Darwin tinha compreendido muito bem. O ser vivo e o meio, considerados separadamente, não são normais, porém é sua relação que os torna normais um para o outro. O meio é normal para uma determinada forma viva na medida em que lhe permite (...), na hipótese de ocorrerem modificações do meio, a vida possa encontrar em uma dessas formas a solução para o problema de adaptação que, brutalmente, se vê forçada a resolver. Um ser vivo é normal em um determinado meio na medida em que ele é a solução morfológica e funcional encontrada pela vida para responder a todas as exigências do meio. Em relação a qualquer outra forma da qual se afasta, esse ser vivo é normal, mesmo se for relativamente raro, (...) (CANGUILHEM, 2009, p. 46)

Aceitando a singularidade de cada sujeito, concordando que o meio é incapaz de neutralizar diferenças individuais, e considerando a dinâmica da vida como normativa e polarizada⁷, ou seja, a vida como dinâmica incessante de produção de formas de ajustamento ao meio, as normas não são determinações universais engessadas sobre as possibilidades de existência. Pelo contrário, normas implicam ao sujeito a produção singular e permanente de estratégias de ajustamento em seu meio e a recusa da fixidez e da naturalização enquanto fundamentos de adaptabilidade (NEVES, PORCARO & CURVO, 2007, p. 630).

Inclusive, quando Canguilhem defende que as ciências biológicas priorizam formatos novos se eles encontrarem condições de existências com efeito normativo, designando, dessa forma, o que é antigo e ultrapassado (CANGUILHEM, 2009, p. 46), o autor possibilita a compreensão em que as

⁷Canguilhem ao afirmar que a vida é polarizada (2009, p. 40), defende que ela é fundamentalmente caracterizada por atividades extremas, contra a ordem da inércia e da indiferença (NEVES, PORCARO & CURVO, 2007, p. 630).

normas apresentam um forte caráter incentivador de novos comportamentos, e, em última instância, o ser humano é o próprio centro produtor de valores e normas para as existências.

Canguilhem, ao afirmar que não são os indivíduos que se adéquam ou se afastam das normas impostas pelo meio, mas, ao contrário, são as individualidades biológicas que criam estratégias de ajustamento a partir da relação com o ambiente, apresenta o conceito de normatividade vital. A normatividade vital, portanto, é o processo correspondente à individualidade biológica produtora de normas conforme as contingências que surgem na atividade normativa da vida (NEVES, PORCARO & CURVO, 2007, p. 633), e o homem normal é o homem normativo, aquele que é capaz de instituir novas normas, orgânicas ou não endógenas (CANGUILHEM, 2009, p. 45).

Logo, sendo normal e normativo as capacidades de criação de novas possibilidades de vida, e a vida admitindo “reparações que são realmente inovações fisiológicas”, é impossível designar a saúde como uma prescrição social com bordas predeterminadas. Para Canguilhem, saúde é a “margem de tolerância às infidelidades do meio”, é “a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas” (CANGUILHEM, 2009, p. 64).

É claro que esse meio definido pela ciência é feito de leis, mas essas leis são abstrações teóricas. O ser vivo não vive entre leis, mas entre seres e acontecimentos que diversificam essas leis. O que sustenta o pássaro é o galho da árvore, e não as leis da elasticidade. Se reduzirmos o galho às leis da elasticidade também não deveremos falar em pássaro, e sim em soluções coloidais. Em tal nível de abstração analítica, não se pode mais falar em meio, para um ser vivo, nem em saúde, nem em doença. (...). Pelo fato de o ser vivo qualificado viver no meio de um mundo de objetos qualificados, ele vive no meio de um mundo de acidentes possíveis. (...) mas tudo ocorre sob a forma de acontecimentos. É nisso que o meio é infiel. Sua infidelidade é exatamente seu devir, sua história (CANGUILHEM, 2009, p. 64).

Transpondo uma frase de Valéry, dissemos que a possibilidade de abusar da saúde faz parte da saúde. Para julgar o normal e o patológico não se deve limitar a vida humana à vida vegetativa. Em

última análise, podemos viver, a rigor, com muitas malformações ou afecções, mas nada podemos fazer de nossa vida, assim limitada, ou melhor, podemos sempre fazer alguma coisa, e é nesse sentido que qualquer estado do organismo, se for uma adaptação a circunstâncias impostas, acaba sendo, no fundo, normal, enquanto for compatível com a vida. Mas o preço dessa normalidade é a renúncia a qualquer normatividade eventual (CANGUILHEM, 2009, p. 65).

Antes de apresentar a principal hipótese deste trabalho, se fazem primordiais algumas reflexões. Compreender tanto a saúde quanto a doença como possibilidades de existências, considerando a saúde como a capacidade biológica individual criadora de normas de sobrevivência a partir das contingências do meio, e a doença como a dificuldade de elaboração de estratégias frente às mudanças impostas pelo ambiente, necessariamente implica “desobedecer” discursos de disciplina e de controle que assumem a saúde a doença, bem como o normal e o patológico, enquanto parâmetros sociais facilitadores de padrões e ajustamentos.

Atualmente o modelo biomédico de saúde, alinhado com os interesses da sociedade de controle capitalista atual, domina o debate e o campo de forças da saúde, assume um caráter de regulação moral e se torna um instrumento de subjetivação, determinando as possibilidades de existências conforme as premissas convenientemente adotadas. Saúde, portanto, se torna um dispositivo de controle modelador e incentivador de parâmetros socialmente valorizados e aceitos para os indivíduos e para as populações, restringindo as possibilidades de atuação do sujeito no mundo.

O discurso biomédico de saúde e a clínica moderna, modelados por universalismos, adequações e normas, são outorgados pelo efeito produzido a partir da conjugação entre a metodologia positivista, a qual a fidedignidade teórica demanda objetividades quantitativas e mensuração acessível à observação; a distinção entre normal e patológico ancorada em uma construção social de valores, com objetivo de padronizar corpos e condutas; e a anatomia patológica, fascinada pela procura de lesões internas como causa explicativa para desvios de padrão.

Influenciada pelo pensamento mecanicista cartesiano e pela metodologia positivista, a clínica moderna assume duas concepções

elementares: ela compara o corpo a uma máquina complexa que, para análise, exige a decomposição em elementos cada vez mais simples; e ela entende que a causa do adoecimento é um determinismo biológico. Com essa perspectiva, entende-se o sofrimento humano como resultado de alterações neurofisiológicas e/ou genéticas que, com avanço tecnológico, suscita práticas de cuidado em que a cura é paradigmática e passível de alcance a partir de fármacos (NEVES, PORCARO & CURVO, 2007, p. 628).

Considerando tal contexto, a normatividade vital questiona a compreensão da vida como um processo mecânico, asséptico e controlado, propondo um entendimento sobre viver que não aceita padrões preestabelecidos e engessados e que muito menos cabe em apenas um sistema de razão. Nesse sentido, na teoria de Canguilhem, contrariando o discurso hegemônico no campo da saúde desde a Modernidade, o biológico não inspira uma política de ordem estática, mas sim uma um regime de condutas processual, imanente, de transformação, de invenção, de tentativa (NEVES, PORCARO & CURVO, 2007, p. 634).

O presente escrito percorreu caminhos entre a Psicologia, o trabalho, a subjetividade e a saúde com o intuito de propor uma análise sobre a dimensão política da clínica psi considerando as Clínicas do Trabalho, já que a aposta que se faz é no trabalhador protagonista, crítico acerca de seu trabalho, potencializando assim suas capacidades singulares de criação de normas não somente na atividade laboral, mas também em toda a extensão da vida em coletividade.

Sabendo que a tríade trabalho – saúde – subjetividade é a premissa compartilhada nas Clínicas do Trabalho, e que a compreensão acerca do trabalho ultrapassa o aspecto econômico, e se constitui por uma via em que a atividade laboral tem a potência de inscrever o sujeito na narrativa coletiva, transformando a realidade e construindo possibilidades de vida, as Clínicas do Trabalho tornam-se pertinentes, porque suas práticas implicam, baseadas na crítica, a problematização das lógicas criadoras de normas para viver, fundindo a saúde com atos de resistência (BENDASSOLLI & SOBOLL, 2011, p. 63 artigo; BARROS & AMADOR, 2017, p.57).

Amador e Barros (2011, p. 20) defendem que pelos modos de trabalho as subjetividades não somente sustentam operacionalidades, mas também os interesses capitalísticos que desenham modos de existências que rivalizam com desejos e governos de si. Em outras palavras, as subjetividades alimentam o capitalismo tornando-se matéria prima do sistema de produção. Nesse sentido, o investimento da Psicologia Social do Trabalho em trabalhadores críticos é uma estratégia de resistência produtora de sujeitos criadores de normas de vida e agenciadores de si mesmos.

Compreender a crítica como fundamental na constituição do trabalho enquanto elemento social de caráter político demanda a reflexão do que é o político no âmbito do trabalho. A política aqui certamente se distancia de questões esvaziadas de sentido e teorizações polêmicas, e se aproxima dos efeitos da relação entre os procedimentos de poder-saber e a constituição do sujeito na modernidade, bem como das produções de subjetividades nos processos de trabalho que reverberam em formas de ser trabalhador no contemporâneo (AMADOR & BARROS, 2011, p. 18 e p. 20).

Entende-se que a potência política do trabalho está na investigação dos dispositivos produzidos a partir do trabalho que delimitam modos de trabalhar e de ser trabalhador, que constituem mecanismos e procedimentos de poder, que operam, em última instância, como produtores de subjetividade. Nesse sentido, Amador e Barros (2011, p. 20) abandonam imperativos que anunciam a opressão do capital sobre o trabalho e as perspectivas que reduzem os processos de trabalho em teorias gerais e narrativas abstratas, e sugerem como pista o saber da experiência advindo de situações reais, assumindo os trabalhadores como protagonistas das cenas laborais, em vez de vítimas passivas e executores de tarefas previamente designadas.

Tomando a saúde como a capacidade do sujeito em tolerar mudanças do meio ao mesmo tempo em que cria novas normas de vida, e considerando a relação simbiótica do trabalho e da subjetividade discutidas nos primeiros capítulos, a hipótese deste escrito, assim como as autoras, parte da concretude do trabalho e assume a atividade crítica como potência para a conversão do trabalho em mais uma das possibilidades sociais de produção subjetiva no

coletivo, em vez dele se perpetuar como organização social orquestrada pelo capitalismo e seus respectivos interesses.

De acordo com Judith Butler (2013, p. 160-167), para Foucault⁸ a crítica é uma prática desenvolvida a partir do encontro com institucionalizações sociais, como, por exemplo, discursos, epistemologias e instituições. A crítica começa quando a obediência absoluta e as justificativas para isso são questionadas, sendo a capacidade de reconhecer autoritarismos e, em seguida, interrogar ou consentir com eles, está intimamente relacionada com a transformação do sujeito em autor de suas próprias razões. Ela é capaz de colocar fundamentos dogmáticos em questão e de desnaturalizar hierarquias sociais e políticas, com a intenção de desvendar a constituição oclusiva das categorias em análise, sem necessariamente apontar uma direção final.

Enquanto investigava os modos em que os discursos científicos definem os sujeitos, Foucault percebe uma crise nas epistemologias moderna e pós moderna, a qual impede a superação, através da inteligibilidade, dos limites produzidos pelos discursos de saber dominantes. Para ele, a partir de uma relação de problematização com os campos epistemológicos tensionados, a crítica emerge como um meio de alcançar uma verdade que ainda não se conhece ou ainda não existe, situada em um domínio incapaz de policiar ou de regular, com efeito de transformação nas regras de conduta (BUTLER, 2013, p. 163 - 166).

A crítica em Foucault se inscreve em um solo de complexidades, atravessando os conceitos de virtude, de desejo, de governo e governamentalização, por exemplo, percorrendo também a teoria crítica da Escola de Frankfurt, os escritos de Kant e a fenomenologia de Nietzsche. O impacto essencial da atividade crítica que Foucault defende se faz relevante neste trabalho quando o autor entende a crítica como uma ferramenta de exercer liberdade, com proporção mínima de dominação, por ser uma prática de conduta de desassujeitamento (BUTLER, 2013).

⁸De acordo com Butler (2013, p. 161), Michel Foucault em 1978 proferiu a palestra intitulada "O que é a Crítica?" e em 1984 publicou o ensaio chamado "O que é o Esclarecimento?", percurso em que o autor questiona o que é a crítica e apresenta maneiras tateantes de circunscrever tal atividade.

Em um contexto em que Foucault expõe os discursos de saber como dispositivos de controle nas sociedades, ele reconhece o poder e o saber profundamente vinculados em uma relação criadora de nexos para a organização sistemática do mundo, relação que sequestra a racionalização e a submete aos seus interesses, e, assim, oblitera racionalidades múltiplas e expande o alcance de sujeição os juízos morais e políticos. Nesse sentido, Foucault defende que uma das tarefas primordiais da crítica é discernir a coerção e os elementos do conhecimento, a fim de expor a articulação entre o saber e o poder, em seguida, rastrear os pontos de colapso, e, então, revelar os mecanismos de sujeição (BUTLER, 2013, p. 170 - 174).

O que está em jogo, aqui, é a relação entre os limites da ontologia e da epistemologia, o elo entre os limites do que posso ser e os limites do que ousar saber. (...) Foucault formula uma questão que não é senão a própria crítica: "Você sabe até que ponto lhe é legítimo conhecer? [...] É a nossa liberdade que está em jogo aqui." A liberdade é algo, pois, que ocorre nos limites do conhecimento e é nesse momento que se dá o desassujeitamento do sujeito dentro de um dado regime de verdade, momento em que nasce uma determinada prática questionadora (...). Noutras palavras, essa questão poderia ser assim formulada: o que, de acordo com a ordem ontológica contemporânea, posso ser?"(BUTLER, 2013, p. 171).

A crítica, portanto, além de expor as bordas da epistemologia vigente, permite uma distância suficiente dos dispositivos de controle que facilita a percepção dos códigos e das formas de subjetivação impostas, possibilitando aos sujeitos o reconhecimento dos efeitos coercitivos manifestos nas subjetividades. Considerando isso, entende-se porque Foucault descreve a crítica como a atividade de inservidão voluntária e de indocilidade reflexiva, como a arte de não ser governado, como o ato que transborda espaços subjetivos e se estiliza conforme a apresentação da ordem externa do mundo (BUTLER, 2013).

Este escrito considera o trabalho uma atividade social medular na constituição psíquica dos sujeitos situados em sociedades centradas no trabalho, capaz de inscrever o sujeito no tecido social, de possibilitar experiências no coletivo e de transformar realidades. Nesse sentido, apresenta-

se o pressuposto em que trabalhadores protagonistas, problematizadores das lógicas vigentes de formas de vida, são sujeitos menos assujeitados, mais saudáveis, criativos e democráticos em suas normas de vida.

Assim, o ponto de costura mais importante deste escrito é este: a atividade crítica como estratégia consciente para os sujeitos criarem normas para as suas vidas. Se a atividade crítica é o ato de tensionamento dos limites desenhados pelos discursos de controle, a fim de encontrar as formas de subjetivação produzidas no lastro das relações de poder, para, enfim, possibilitar aos sujeitos uma existência menos assujeitada e mais autoral, entende-se que os efeitos prováveis de tal prática incidem na liberdade de criação de normas individuais para viver.

A crítica apresenta o desassujeitamento ao sujeito quando encontra os limites da racionalização (Butler, 2013), como em um movimento dialético sem desfecho, em que a argumentação limítrofe é sempre enunciada pelo sujeito que busca possibilidades além daquelas já por ele conhecidas. Em uma clínica psi comprometida ética e politicamente com a Saúde do Trabalhador, As Clínicas do Trabalho tornam-se prioridade, porque suas práticas investem na problematização das lógicas e dos mecanismos de normatização das existências como estratégia de saúde e de resistência no âmbito do trabalho.

De forma conclusiva, em vista não somente do engajamento com a tríade saúde - trabalho - subjetividade, mas considerando também as metodologias de ação e intervenção, este escrito defende a atividade crítica como ferramenta prática nas Clínicas do Trabalho, porque entende a crítica como uma “enzima facilitadora” para uma atividade laboral mais saudável, mais normativa, com mais potência de produção de subjetividades desassujeitadas e de sujeitos agenciadores de si mesmos.

Conclusão

Poder-se-ia dizer, talvez, que o ensaio é o modo experimental do pensamento, o modo experimental de uma escrita que ainda pretende ser uma escrita pensante, pensativa, que ainda se produz como uma escrita que dá o que pensar; e o modo experimental, por último, da vida, de uma forma de vida que não renuncia a uma constante reflexão sobre si mesma, a uma permanente metamorfose.

Jorge Larrosa (2004).

O presente trabalho emergiu a partir das linhas cartografadas ao longo de uma experiência de cinco semestres como estagiária de Psicologia, focada em Saúde do Trabalhador, em uma equipe multidisciplinar composta por uma psicóloga, uma assistente social e uma estagiária de Serviço Social. Nesse contexto, a curiosidade pela relação entre a Psicologia e o trabalho aflorou e os questionamentos ficaram mais complexos, esbarrando constantemente na tríade trabalho – subjetividade - saúde. Logo, as Clínicas do Trabalho se tornaram o caminho teórico metodológico preferencial.

Sabe-se que o trabalho acompanha a história da humanidade desde os primórdios, mas a inserção da Psicologia no mundo do trabalho se dá justamente na expansão da industrialização, servindo especialmente aos interesses econômicos (BERNARDO et al., 2015, p.18) em uma sociedade que revoga qualquer desordem no sistema capitalista. Com o tempo, a Psicologia do Trabalho se expande para um vasto e interdisciplinar campo de estudos, em que a multiplicidade de perspectivas impede um consenso unitário.

Sato (2003, p. 43) considera ser uma única vertente da Psicologia do Trabalho a que se inquieta com questões sociais e humanas do trabalho, em vez de se preocupar com delimitações de espaços de aplicação. Para ela, a Psicologia que se dedica à compreensão do mundo do trabalho a partir da perspectiva dos trabalhadores, considerando os fenômenos de identidade, de interação social, de processos de subjetividade, se inscreve na Psicologia Social e está vinculada à Saúde do Trabalhador.

A Psicologia Social do Trabalho se propõe investigar a complexidade dos processos sociais, considerando o cotidiano como elemento de intersubjetividade, produtor e reproduzidor de processos sociais. (SPINK, 1996, p. 3), se orienta para a compreensão crítica das relações sociais de trabalho,

salientando a vivência dos sujeitos trabalhadores (BERNARDO et al., 2015, p.18), além de oferecer o suporte teórico para construção e articulação multidisciplinar de práticas profissionais que estejam em diálogo com a Saúde do Trabalhador e com as estratégias de resistência (SATO, 2003, p. 46).

As Clínicas do Trabalho, grupo teórico metodológico abrigado pela Psicologia Social do Trabalho, e, especialmente no Brasil, em diálogo com a Saúde do Trabalhador, dedicam-se à relação entre o trabalho e a subjetividade (BENDASSOLLI & SOBOLL, 2011, p.3 livro), considerando as complexidades da relação trabalho - subjetividade - saúde, com uma percepção amplificada e multifacetada, típica da Psicologia do Trabalho (CASADORE, 2016, p. 178).

O clínico nas Clínicas do Trabalho se refere à prática que, por meio da crítica, possibilita a problematização das lógicas criadoras de normas para viver (BARROS & AMADOR, 2017, p.57). Nesta perspectiva, o trabalho não é somente uma restrição econômica institucionalizada, é também uma tentativa de enlaçamento do sujeito na narrativa coletiva, é atividade de transformação do real e de construção de significados pessoais e sociais (BENDASSOLLI & SOBOLL, 2011b, p. 63).

No primeiro capítulo deste escrito foi proposta uma sucinta revisão sobre o trabalho conforme Hegel, Marx, Freud e nas Clínicas do Trabalho, com o intuito de edificar um percurso que irá discutir sobre trabalho, subjetividade, saúde e a dimensão política da clínica no contemporâneo. Entende-se que o trabalho e a subjetividade estão em permanente simbiose, já que o trabalho como é concebido, experimentado, interpretado, valorizado e vivido em uma sociedade centrada na atividade laboral relaciona-se intrinsecamente com a compreensão acerca do que é a subjetividade (SANZON, 2009, p 16 - 19).

Nesse sentido, o segundo capítulo apresenta uma síntese sobre subjetividade, sujeito e processos de subjetivação no contemporâneo. De forma geral, a subjetividade se constrói nas relações sociais, moldada pelos sentidos comuns que se estabelecem historicamente, interferindo, dialeticamente, na definição de valores, conceitos, e verdades (SANZON, 2009, p. 21). Foucault (1995) defende que para estudar o sujeito é necessário

compreender as estratégias utilizadas no processo de modelagem e controle da subjetividade humana, chamadas de processos de subjetivação.

Os sujeitos e suas respectivas subjetividades estão sempre planejados em um recorte social histórico, de forma tal que os modos de subjetivação, ou seja, as possibilidades de condutas que determinam as escolhas de existências, influenciam e produzem modelos de organização de vidas e sociedades (MANSANO, 2009, p. 11). Nessa perspectiva, o capitalismo enquanto regime socioeconômico desenvolve estratégias de subjetivação hegemônicas apropriadas ao seu sistema de funcionamento.

Lazzarato (2014, p. 27 e 35) acredita que processos de subjetivação do contemporâneo, quando estabelecem modelos de identidade, sexo, profissão, nacionalidade, convocam subjetividades individualizantes, com o intuito de produzir sujeitos fragmentados e isolados que atendem facilmente os interesses neoliberais por justamente estarem paradigmaticamente aproximados do individualismo tradicional e estratégico do liberalismo econômico.

Dessa forma, entende-se que: o trabalho na atualidade é uma organização social sequestrada pelo capitalismo, com o objetivo de propagar um regime socioeconômico dominador de produção tomada pelo lucro; que o domínio hegemônico sobre os processos de subjetividade é uma estratégia de perpetuação do capitalismo como regime socioeconômico em uma dimensão global; e que métodos sofisticados de subjetivação e sujeição são acionados pelos interesses capitalísticos e dispositivos de poder para produzirem sujeitos individualizados, fragmentados, isolados de seus pares.

Considerando o tensionamento provocado pelo capitalismo e sua trama com o mundo do trabalho que incide diretamente na subjetividade, nos processos de subjetivação e na saúde dos trabalhadores, esta escrita propõe também um convite para o posicionamento dos profissionais comprometidos com a Saúde do Trabalhador. Defende-se aqui que procurar possibilidades de saúde no trabalho implica priorizar os aspectos subjetivos do trabalho, especialmente a partir da perspectiva dos trabalhadores, em vez das necessidades do capital.

Este trabalho entende saúde como a capacidade singular criadora de normas de sobrevivência a partir das contingências do meio, e a doença como a dificuldade de elaboração de estratégias frente às mudanças impostas pelo ambiente (CANGUILHEM, 2009). Para Canguilhem, saúde é a “margem de tolerância às infidelidades do meio”, é “a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas” (CANGUILHEM, 2009, p. 64).

Compreender tanto a saúde quanto a doença como possibilidades de existências, e contrariar o discurso hegemônico no campo da saúde desde a modernidade, implica “desobedecer” discursos de disciplina e de controle que assumem a saúde a doença, bem como o normal e o patológico, enquanto parâmetros sociais facilitadores de padrões e ajustamentos.

A Psicologia Social do Trabalho, mais do que sugerir um manual de práticas profissionais, propõe uma conduta de olhar crítico para as relações de poder estabelecidas no mundo do trabalho. O investimento dos profissionais acoplados à Psicologia Social do Trabalho em trabalhadores críticos é uma estratégia prática de resistência produtora de sujeitos criadores de formas de existências e agenciadores de si mesmos.

A crítica, de acordo com Foucault, é a atividade de inservidão voluntária e de indocilidade reflexiva, como a arte de não ser governado, como o ato que transborda espaços subjetivos e se estiliza conforme a apresentação da ordem externa do mundo. Ela permite uma distância suficiente dos dispositivos de controle que facilita a percepção dos códigos e das formas de subjetivação impostas, possibilitando aos sujeitos o reconhecimento dos efeitos coercitivos manifestos nas subjetividades (BUTLER, 2013).

Considerando a dimensão política como os efeitos da relação entre os procedimentos de poder-saber e a constituição do sujeito na modernidade, bem como das produções de subjetividades nos processos de trabalho que reverberam em formas de ser trabalhador no contemporâneo (AMADOR & BARROS, 2011, p. 18-20), apresenta-se a crítica como elemento fundamental na constituição do trabalho enquanto elemento social de caráter político.

Este escrito entende o trabalho como uma atividade social medular na constituição psíquica dos indivíduos, capaz de inscrever o sujeito no tecido social, de possibilitar experiências no coletivo e de transformar realidades. Também defende a hipótese em que trabalhadores protagonistas, problematizadores das lógicas vigentes de formas de vida, são sujeitos menos assujeitados, mais saudáveis, criativos e democráticos em suas normas de vida.

Portanto, este escrito defende a atividade crítica como ferramenta prática nas Clínicas do Trabalho, porque entende a crítica como um catalisador para uma atividade laboral mais saudável, mais normativa, com mais potência de produção de subjetividades desassujeitadas e de sujeitos agenciadores de si mesmos, assim, aposta nas Clínicas do Trabalho como percurso privilegiado, porque suas práticas investem na problematização das lógicas e dos mecanismos de normatização das existências como estratégia de saúde e de resistência.

PONTA SOLTA

Assim como Guattari e Rolnik, em *Micropolíticas: Cartografias do Desejo* (1996, p. 30), entende-se que qualquer revolução macropolítica é no âmbito da produção de subjetividade. Portanto, a atuação profissional comprometida ética e politicamente com movimentos de resistência à hegemonia do capitalismo necessariamente perpassa por possibilidades de subjetivação com efeitos de liberdade e autonomia, onde os sujeitos são agenciadores de suas histórias e autores de suas próprias vidas.

Por maior que seja a negação ao elemento subjetivo no ato do trabalho, a subjetividade humana será sempre indispensável, porque, independente do conceito utilizado para designar trabalho, a borda fenomenológica sempre se apresenta no horizonte, fundamentalizando assim o trabalho como algo que só existe quando existe o ser humano

O neoliberalismo aproveitou a alienação produzida pelo combinado *welfarestate* socialdemocrata + sociedade do consumo; descontextualizou os movimentos teóricos da última metade do século passado e relativizou a verdade com a ajuda da insurreição religiosa pós Martinho Lutero; adotou a tecnologia e as redes virtuais de comunicação para fazer política de base e difundir seus interesses ideológicos; aproveitou as brechas deixadas pela esquerda progressista quando esteve no governo de Estados; fechou negócio com o *establishment*; e assim elegeu líderes populistas da extrema direita que ficarão no poder por tempo suficiente pra afirmar o neoliberalismo como o futuro da humanidade. Anotação: fazer o manual de costura de resistência.

Referências Bibliográficas

ABBES NEVES, Cláudia (1997). Sociedade de Controle, o neoliberalismo e os efeitos de subjetivação. In: SILVA, André do et al.. *Subjetividade: questões contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 84-91.

ABBES NEVES, Cláudia. (2004). Pensando o Contemporâneo no Fio da Navalha. *Lugar Comum*, Rio de Janeiro, v. 19-20, p. 135-157.

ALVES, Luis Carlos Ribeiro. (2012). O Homem e a Alienação dos Manuscritos Econômico Filosóficos de 1844 de Marx. *Pólemos*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 159-168.

AMADOR, Fernanda; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. (2011). Cartas a Foucault: em que estamos em vias de nos tornar em meio ao trabalho no contemporâneo? *Mnemonize*, Rio de Janeiro v. 7, n. 2, p. 17 – 31.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de; LOUZADA, Ana Paula; VASCONCELLOS, Dani (2008). Clínica da atividade em uma via deleuziana: por uma psicologia do trabalho. *Informática na Educação: teoria e prática*. Porto Alegre, v.11, n.1, p. 14-27.

BARROS, Maria Elizabeth de Barros; AMADOR, Fernanda Spanier. (2017). Clínicas do Trabalho: Abordagens e Contribuições da Análise Institucional ao Problema Clínico do Trabalho. *Trabalho e Educação*. Belo Horizonte, MG. v. 26, n. 3, p. 55-69.

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. (2011). Mal-estar no trabalho: do sofrimento ao poder de agir. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 10, n. 1, p.63–98.

BENDASSOLLI, Pedro Fernando; SOBOLL; Andrea. (2011a). Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. In BENDASSOLLI, Pedro; SOBOLL; Andrea. *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas, 2011, p. 3 – 21.

BENDASSOLLI, Pedro; Soboll, Lis Andrea. (2011b). Clínicas do Trabalho: filiações, premissas e desafios. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. São Paulo, v. 14, n. 1, p. 59-72.

BERNARDO, Marica Hespanhol; SOUSA, Caroline Crisiane de; Pinzón Johanna Garrido; SOUZA, Heloisa Aparecida. A práxis da Psicologia Social do Trabalho: reflexões sobre possibilidades de intervenção. In: COUTINHO, Maria Chalfin; FURTADO, Odair; RAITZ; Tânia Regina. *Psicologia Social e Trabalho: perspectivas críticas*. Florianópolis: Abrapso, 2015. p. 16-39.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro. Editora Forense Universitária, 2009.

CASADORE, Marcos Mariani. (2016). Sobre os aspectos clínicos e a complexidade do trabalho: as clínicas do trabalho compreendidas pela perspectiva da Psicossociologia. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 19, n. 2, p. 177 – 185. ISSN.1981-0490.

CLOT, Yves. *A Função Psicológica do Trabalho*. Petrópolis. Editora Vozes, 2007.

CONDÉ, Mauro Lúcio. (2016). Entre o normal e o patológico: LudwikFleck, Georges Canguilhem e a gênese da epistemologia histórica. *Intelligere*, SãoPaulo, v. 2, n. 1, p. 51-67.

COSTA, Luis Artur; FONSECA, Tania Mara Galli. (2008). Da diversidade: uma definição do conceito de subjetividade. *Revista Interamericana de Psicología*, v. 42, n. 3, p. 513 – 519. ISSN 0034-9690.

CZERENSIA, Dina. (2010). Canguilhem e o Caráter Filosófico das Ciências da Vida. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 709-727.

DA SILVA, Jerto Cardoso; GARCIA, Edna Linhares. (2011). Produção de Subjetividade e Construção do Sujeito. *Barbarói* [online]. Santa Cruz do Sul, n. 35, p. 189-198. ISSN 0104-6578.

DI MATTEO, Vincenzo. (2007). Subjetividade e cultura em Freud:ressonâncias no ‘mal-estar’ contemporâneo. In: *Discurso*, São Paulo, n. 36, p. 190-2013.

FOUCAULT, Michel (1995). O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Humbert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1977.

FREUD, Sigmund. *O Mal Estar na civilização*. Editora Penguin & Companhia das Letras. São Paulo, 2011.

FROMM, Erich. *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*. Editora Zahar Editores, 1979.

GALEANO, Eduardo. *Contrassenha*. São Paulo. Ícone Editora. 1988.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolíticas: Cartografias do Desejo*. Petrópolis. Editora Vozes. 1996.

KASTRUP, Lucas. Fio da Fé. In: PONTO DE EQUILÍBRIO. *Essa é a Nossa Música*. Rio de Janeiro: Som Livre Ltda, 2016. 1 CD. Faixa 1 (3 min 43).

LARROSA, Jorge. (2004). *A Operação Ensaio: sobre ensaiar e o ensaiar-se*

no pensamento, na escrita e na vida. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 29, n.1, p. 27-43.

LAZZARATO, Maurizio. *Signos, Máquinas, Subjetividades*. Editora SESC. São Paulo, 2014.

LAZZARATTO, Maurizio. *A política no Império – as revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LHUILIER, Dominique. (2013). Trabalho (F. S. Amador, Trad.) *Psicologia e Sociedade*, v. 25, n. 3, p. 483 – 492.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. (2009). Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 110-117.

MARX, Karl. *O capital* v. 1. São Paulo. Editora Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. *A Teoria da Alienação em Marx*. Editora Boitempo, 2006.

NARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem Estar Comum*. Editora Record, 2016.

NEVES, Tiago Iwasawa; PORCARO, Luiza Almeida; CURVO, Daniel Range. (2007). Saúde é colocar-se em risco: normatividade vital em Georges Canguilhem. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v.26, n.3, p.626-637.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina de. (2000). A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 16, n. 1. p. 71 – 79.

PÉRICO, Waldir; JUSTO, José Sterza. (2011). O Mal-estar no Trabalho: a culpa como mal-estar e a culpa do mal-estar. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, São Paulo v. 11, n. 1, p. 135-169.

PRADO FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. (2007). A Subjetividade como objeto das psicologias. *Psicologia e Sociedade*, Florianópolis, v. 19. n. 3. p. 14-19.

REVEL, Judith. *Dicionário Foucault*. Rio de Janeiro. Editora Forense Universitária, 2011.

SAFATLE, Vladimir. (2011). O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. *Cientia Studia*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 11-27

SANSON, Cesar. **Trabalho e Subjetividade: Da Sociedade Industrial À Sociedade Pós-Industrial**.2009. 163 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2009.

SANTOS DA LUZ, Ricardo. **Trabalho Alienado em Marx: A Base do Capitalismo**. 2008. 101 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SATO, Leny. (2003). Psicologia, saúde e trabalho: distintas construções dos objetos “trabalho” e “organizações”. In: TRINDADE, Zeide Araujo; Andrade Ângela Nobre de. *Psicologia e saúde: um campo em construção*. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2003, p. 167-178.

SCHÄFER, Márcio Egídio. **O conceito de trabalho na filosofia de Hegel e alguns aspectos de sua recepção em Marx**. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SPINK, Peter. (1996). Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho. *Psicologia e Sociedade*, v. 8, n. 1, p. 174 – 192.

WINOGRAD, Monah. (2004) Freud é monista, dualista ou pluralista? *Ágora* [online]. Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.203-220. ISSN 1516-1498.